

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SEGURIDADE SOCIAL

Produção de remédio contra câncer pode parar em 2 semanas 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça obriga Carf a aplicar voto de desempate a favor do contribuinte 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senadores autorizam união de partidos políticos em federações 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

A PEC da desigualdade - ANA CARLA ABRÃO 8

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Funcionários da EBC relatam censura sobre a pandemia 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A corrupção que a pandemia escancarou (Artigo) 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Lira segura reforma administrativa 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pauta liberal de Guedes muda e se molda a interesses de Bolsonaro 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exportação é recorde, mas US\$ 46,2 bi ficam no exterior sem ajudar o câmbio 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas veem quitação antecipada de dívidas no exterior 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Saída para precatórios 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras sinaliza aumentos apesar de fala de Bolsonaro 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Melhora de imagem do país pode turbinar a economia 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nos 150 anos da Lei do Ventre Livre, Brasil ainda não é uma democracia racial 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sob pressão, Petrobras diz que manterá sua política de preços 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator do IR frustra governo e quer texto em 15 dias 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Endividamento recorde 31

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Nem pés de galinha escapam da corrida dos preços em BH 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Empresários defenderão 'retomada verde' a Guedes 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Crise política afetará economia até 2022, afirma professora 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Grande, mas pode falhar (Artigo) 39

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

O fim do teto de gastos (Artigo) 40

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Mil dias a menos (Editorial) 42

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O FMI e o Brasil emperrado (Editorial) 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Seca afeta plantio e deve pressionar a inflação em 2022 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Prorrogação do auxílio 'está na mesa', diz ministro 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Caixa lança crédito com juro acima do mercado 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"Nada está tão ruim que não possa piorar" diz Bolsonaro 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Auxílio salva quase 6% do PIB até 2040 - FABIO GRANER 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Expectativa de Selic mais alta já provoca ajuste no PIB de 2023 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Guedes vê venda de BB e Petrobras em 10 anos 53

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Congresso permite que reforma não aprovada compense auxílio 54

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Esquerdista moderado, Scholz deve ser novo premiê alemão 55

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Crise energética já para empresas e deve afetar a economia na China..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Mil dias de Bolsonaro no poder, quase nada a comemorar (Editorial)..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Prato de arroz e feijão tem alta mais longa em oito anos..... 58

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Contagem em dobro dos votos e o impacto na eleição (Artigo) 59

Produção de remédio contra câncer pode parar em 2 semanas

Paulo Saldana

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, afirmou nesta segunda-feira (27) que os R\$ 19 milhões liberados para a retomada da produção de insumos para tratamento de câncer só garantem duas semanas de trabalho. A previsão do governo Jair Bolsonaro é de que os serviços sejam retomados no dia 1º.

A produção dos radiofármacos foi interrompida no dia 20 deste mês por falta de recursos do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares). O órgão enviou ofícios informando a interrupção da produção no dia 14.

Mas somente na quarta (22) o governo publicou o remanejamento dos R\$ 19 milhões para retomar a produção. Há no Congresso um projeto, desde agosto, para abertura de crédito extra de R\$ 34 milhões, mas a base do governo não se mobilizou para sua aprovação até agora.

"Volta a produção mas a situação ainda é crítica, pode parar de novo se não entrar o recurso", disse o ministro.

Esses elementos químicos radioativos são essenciais para a medicina nuclear. São usados principalmente para tratamento de câncer, em sessões de radioterapia, mas também são úteis para outras enfermidades, como doenças cardiológicas e epilepsia.

Hospitais brasileiros indicaram que vão cancelar ou adiar procedimentos por causa do desfalque na produção de radiofármacos gerado pelo corte de verba federal. A maior parte dos afetados é de pacientes que fazem tratamento contra câncer.

Marcos Pontes falou na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara sobre a situação na tarde desta segunda. Ele culpou o Ministério da Economia e o Congresso Nacional pela falta de recursos federais que provou a suspensão da produção de insumos.

Deputados afirmaram que o ministro tenta repassar para o Parlamento a responsabilidade do governo, uma vez que a insuficiência dos recursos já estava prevista no orçamento elaborado pela gestão. Além

disso, o Executivo teria demorado para encaminhar aberturas de créditos extras.

O ministro disse que levou a preocupação sobre os recursos do Ipen para a área econômica do governo desde junho de 2020. Mas, em sua fala, deu maior ênfase na responsabilização do Congresso.

Primeiro, indicou o impacto na situação pelo atraso na aprovação do Orçamento 2021, que só foi votado em abril deste ano. Depois, criticou os congressistas pela demora em aprovar o PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) 16/2021 -o texto que abre créditos extras para o Ipen, com a previsão de R\$ 34 milhões para radiofármacos.

O PLN 16/2021 foi levado ao Congresso pelo governo em 26 de agosto. Segundo Pontes, o problema já estaria resolvido se o Congresso o tivesse aprovado. "Houve a parada [na produção] e não foi por falta de aviso, e até agora o PLN não foi votado", disse.

O ministro disse que foi voto vencido dentro do governo sobre a previsão orçamentária inicial já deficitária. "Que a partir do orçamento de 2022 [a Economia] inclua o valor completo para produção de radiofármacos, sem provocar restrições em outra parte do orçamento [da pasta]".

Somente após o anúncio de paralisação na produção por parte do Ipen é que o governo determinou o remanejamento de R\$ 19 milhões para o Ipen. A necessidade do Ipen é de R\$ 89,7 milhões.

Pontes afirma esperar que a área econômica encaminhe um novo PLN, de mais R\$ 55 milhões. Ele prometeu que falaria com Bolsonaro nesta semana sobre o encaminhamento desse novo projeto.

Para a deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), o ministro "muda o eixo" da responsabilidade do governo para o Congresso.

"Não dá para o orçamento vir com valores menores do que o necessário", disse.

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) pontuou que o próprio governo já previu recursos insuficientes desde o projeto inicial, demorou quase seis meses para encaminhar o PLN e, além disso, só fez o

remanejamento dos R\$ 19 milhões após a suspensão da produção.

"O Ministério da Economia esperou hospitais ficarem sem produtos para tomar uma atitude", disse ele, ressaltando que, caso fosse interesse do governo, o crédito extra já teria sido votado.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Justiça obriga Carf a aplicar voto de desempate a favor do contribuinte

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020

Senadores autorizam união de partidos políticos em federações

Raphael Di Cunto, Renan Truffi e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

A PEC da desigualdade - ANA CARLA ABRÃO

ANA CARLA ABRÃO

A coluna de hoje é uma edição especial.

Foi escrita em coautoria com Arminio Fraga e Carlos Ari Sundfeld, que assinam comigo o texto que segue: Para valer a pena, uma reforma do RH do Estado teria de combater o regime de castas funcionais, que dá privilégios a carreiras próximas ao poder e deixa à própria sorte, na precariedade e sem estímulo, a maior parte dos servidores. Para isso, deveria começar por integrar carreiras e suprimir desigualdades. Mas o problema foi ignorado na emenda constitucional 32.

Na semana passada, a comissão da reforma administrativa aprovou um substitutivo do relator da PEC 32, deputado Arthur Maia. Se o texto for acolhido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o resultado será cristalizar o regime de castas funcionais e incluir nele mais alguns grupos.

Um retrocesso.

O substitutivo insere na Constituição uma lista de carreiras privilegiadas, com proteções que os **servidores públicos** da base jamais terão. É estarrecedor que, em um País em que o maior problema continua sendo a desigualdade, se queira aprovar uma PEC justamente para dizer que a lei "tratará de forma diferenciada" carreiras escolhidas do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público. O texto contemplou policiais em geral (inclusive, os legislativos), agentes de trânsito, peritos criminais, agentes de inteligência etc, cedendo àqueles que querem impor um estado policial ao Brasil.

Convicto quanto à orientação de dar privilégios a castas, o substitutivo concede a certas carreiras policiais aposentadorias cujo valor equivalerá para sempre à remuneração integral de quem estiver na ativa. Cônjuges ou companheiros receberá a mesma pensão, vitalícia, se o policial morrer na função. Anula-se, assim, a reforma da Previdência em favor dessas castas, enquanto aposentadorias de professoras públicas continuarão observando os limites gerais, assim como as pensões das enfermeiras que morrerem por contaminação em serviço.

É a PEC da desigualdade.

O substitutivo não mexe com juízes e membros dos Ministérios Públicos, os mais privilegiados. Alegou-se cunicamente que seria inconstitucional uma emenda constitucional tratar disso, como se tais castas pairassem acima da Constituição e do poder democrático.

Após a aprovação, o ministro Paulo Guedes divulgou um documento comemorando supostos avanços. É clara tentativa de confundir. Um deles seria a retirada de benefícios de quem não os tem. Isso mesmo: a PEC proíbe a concessão, a futuros servidores, de férias superiores a 30 dias ou de aposentadoria como punição, por exemplo.

Nada significa na prática, pois não se aplica a quem hoje os tem. Além de os atuais juízes e membros dos Ministérios Públicos continuarem a salvo, seus futuros colegas também estarão.

É uma PEC para manter privilégios.

Outro avanço estaria na regra da extinção de cargos desnecessários ou obsoletos, dispensando-se seu ocupante, mesmo estável. Não há avanço, pois outra regra do substitutivo proíbe a extinção justamente dos cargos hoje ocupados.

Quanto a servidores que ainda não entraram no serviço público, seria fácil evitar a desnecessidade ou obsolescência futura. Bastaria modernizar e fundir as velhas carreiras antes de fazer quaisquer concursos. Mas, ao constitucionalizar carreiras obsoletas (como oficial de Justiça) ou desnecessárias (como policial legislativo), o substitutivo atrapalha ajustes modernizantes no futuro. É a PEC do atraso.

Ainda segundo o ministro, haveria o aprimoramento das avaliações de desempenho. Não é verdade. A Constituição atual já exige as avaliações, que não ocorrem porque os governos não querem. Não há hoje qualquer regra na Constituição que impeça ou atrapalhe a análise adequada do desempenho de órgãos e servidores. Escrever mais normas vagas sobre o assunto na Constituição é o mesmo que nada e ainda engessa.

É a PEC da ficção...

Portanto, o ministro está comemorando vitórias de Pirro, a partir de instrumento equivocado e cedendo a lobbies corporativistas. A verdade é que se está dificultando, e não fazendo, aquela que deveria ser a grande reforma para ter melhores serviços públicos, maior produtividade e modernização da gestão de recursos humanos no setor público.

ANA CARLA ABRÃO, ECONOMISTA E SÓCIA DA CONSULTORIA OLIVER WYMAN. O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA

Notícias Relacionadas:

O POPULAR - GO
A PEC da desigualdade

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Funcionários da EBC relatam censura sobre a pandemia

Wilson Tosta / RIO

Um dossiê encaminhado à CPI da Covid acusa a direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) de censurar informações de interesse público sobre a pandemia de covid-19. O documento de 119 páginas, incluindo anexos, lista episódios nos quais teria ocorrido interferência ilegal no trabalho dos profissionais.

Algumas vezes, essas ações ajudaram a reforçar discursos negacionistas. O material foi enviado por **servidores públicos** ao relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL). A iniciativa foi noticiada pelo portal Metrôpoles e confirmada pelo Estadão.

"A Empresa Brasil de Comunicação está sendo usada pelo atual governo federal para disseminar e reforçar narrativas negacionistas e governistas sobre a pandemia, que certamente prejudicaram o combate ao vírus da covid-19", diz o documento, que tem por título "O uso indevido dos meios públicos de comunicação da EBC para difusão de fake news e negacionismo sobre a pandemia de covid-19". "Os veículos públicos da EBC deveriam, neste momento, cumprir sua missão de levar informação de qualidade à população, além de combater fake news, para promover a saúde e preservar vidas." Renan vai incluir informações do dossiê no relatório final da CPI, segundo a assessoria do senador. A atuação da estatal na pandemia fará parte do capítulo que tratará da desinformação institucional - serão listadas condutas de órgãos públicos que divulgaram fake news sobre a covid-19. São citados no dossiê dados de entidades sindicais e da Frente de Defesa da EBC e da Comunicação Pública.

"Fica evidente o uso do aparato público de comunicação pelo governo do presidente Jair Bolsonaro para difusão de fake news e desinformação sobre a gravíssima situação da covid-19 em nosso país", diz o texto.

Em 2020, durante algum tempo, segundo a denúncia, os profissionais de comunicação da EBC não podiam falar na "segunda onda" da pandemia. Essa ordem prevaleceu mesmo quando cientistas já alertavam que uma nova série de infecções viria.

Outra determinação foi que fosse enfatizado o "Placar

da Vida", criação da Secretaria de Comunicação para enfatizar o número de infectados que se recuperavam.

Não deveria haver destaque para as mortes, afirmam os autores da denúncia.

"As equipes das redes sociais da EBC foram proibidas de postar qualquer assunto que tenha viés negativo sobre a pandemia, mesmo aqueles produzidos pela própria casa, como Agência Brasil", afirma o texto. A própria CPI da Covid, segundo a denúncia, foi alvo de proibições da direção da empresa. "Na CPI da Pandemia, os repórteres do radiojornalismo do turno da tarde foram proibidos de cobrir os trabalhos", diz o texto.

Os denunciantes também apontam que profissionais da empresa são proibidos de "citar a polêmica em torno da eficácia da cloroquina em reportagens".

O medicamento, de acordo com pesquisas ineficaz contra o coronavírus, é defendido pelo presidente. Segundo o texto, houve censura a "estudo que atestava a ineficácia" da droga.

"Foi censurado na reportagem do radiojornalismo o posicionamento do presidente da Anvisa (Antonio Barra Torres) na CPI, que disse que se arrependeu de ter participado de aglomeração", prossegue a denúncia.

"O repórter hoje está sofrendo um processo administrativo por se recusar a gravar o trecho censurado." O dossiê também denuncia proibição de postar nas redes sociais da EBC a foto da primeira pessoa vacinada no Brasil, em São Paulo, por ter sido "iniciativa do governador João Doria" (PSDB). Segundo a denúncia, quando o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta depôs na CPI, "as reportagens da Agência Brasil e da TV Brasil não mostraram os questionamentos feitos por ele". Também não foi dado destaque à crise do oxigênio em Manaus. Houve, afirmam, censura "até das próprias declarações do presidente Jair Bolsonaro, numa lógica de proteger o presidente dele mesmo. Um exemplo foi o "e daí?" ao se referir aos primeiros 5 mil mortos pela covid-19".

O Estadão procurou a EBC, para que a direção da empresa se pronunciasse sobre o dossiê.

Até a conclusão desta edição, não houve resposta.

I Negacionismo

"A EBC está sendo usada pelo atual governo federal para disseminar e reforçar narrativas negacionistas e governistas sobre a pandemia." DOCUMENTO ENVIADO À CPI DA COVID NO SENADO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A corrupção que a pandemia escancarou (Artigo)

Vicente Braga

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira segura reforma administrativa

Raphael Di Cunto, Renan Truffi

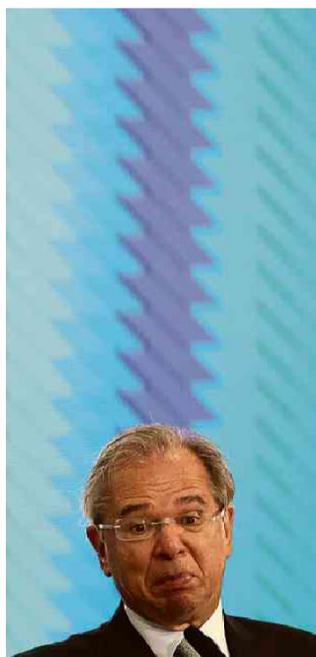
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Pauta liberal de Guedes muda e se molda a interesses de Bolsonaro



Bernardo Caram Fábio Pupo

No marco de mil dias do governo Jair Bolsonaro (sem partido) e após um total de 28 trocas de ministros, Paulo Guedes (Economia) se mantém no posto com gestão em metamorfose que oscila entre a defesa da pauta liberal e o atendimento de interesses do presidente.

A condução de Guedes no Ministério da Economia também encontrou entraves no Congresso.

Em meio a esse conjunto de barreiras, ele não conseguiu cumprir, até o momento, a maior parte das promessas do programa eleitoral de Bolsonaro na economia.

O próprio ministro reconhece que o apoio de Bolsonaro à agenda econômica, que começou o governo em 100%, agora está menor.

"O componente político vai diminuindo um pouco a intensidade do vetor liberal, mas ainda estamos aí com 60% na direção certa", disse Guedes neste mês.

No episódio mais recente, após repetir diversas vezes ao longo de sua gestão que não promoveria aumentos de imposto, o ministro aceitou reajustar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), um tributo regulatório, para turbinar o Bolsa Família neste ano, uma das

demandas eleitorais de Bolsonaro.

O mercado reagiu mal à decisão.

Em resposta, a equipe econômica argumentou que a medida foi uma tecnicidade necessária e que o governo precisava encontrar uma fonte de compensação para reajustar o valor do Bolsa Família neste ano, em novembro e dezembro.

Entre os principais planos apresentados por Guedes ao assumir o posto em 2019 estava a retirada de amarras do Orçamento, com afrouxamento de gastos obrigatórios, eliminação de vinculações nas contas públicas e fim de reajustes automáticos de benefícios pagos pelo governo.

Com resistência do presidente, o plano ficou pelo caminho.

Em setembro do ano passado, Bolsonaro ameaçou de demissão quem sugerisse tirar recursos da população carente após o então secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues, apresentar uma proposta discutida internamente que congelaria aposentadorias por um ano para custear o reforço do Bolsa Família.

O chamado Plano Mais Brasil acabou apresentado com desenho enxuto e foi aprovado pelo Congresso em formato ainda mais desidratado, sem as maiores mudanças estruturais defendidas por Guedes. O ministro, porém, comemorou o resultado.

O mandatário também travou o plano defendido por Guedes que previa a fusão de programas sociais existentes hoje para turbinar o Bolsa Família. O argumento era que não aceitaria "tirar de pobres para dar a paupérrimos".

Com o intuito abastecer o novo programa, batizado de Auxílio Brasil, a equipe econômica precisou, então, ir atrás de novas fontes de custeio. Para abrir espaço no Orçamento, Guedes negocia uma trava nos gastos com precatórios -dívidas do governo reconhecidas pela Justiça.

Além disso, será necessário aprovar a taxação de dividendos, dentro da reforma do Imposto de Renda, para compensar esse novo gasto.

Sem essas duas soluções, a equipe econômica afirma que não será possível atender o desejo do presidente sem furar o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas à variação da **inflação**.

Em outra situação que contrariou Guedes, o governo editou uma medida que autorizou reajuste salarial a policiais e bombeiros do Distrito Federal enquanto servidores de todo o país tiveram remuneração congelada.

Uma reestruturação de carreiras da Polícia Federal também foi apresentada por Bolsonaro e aprovada, além de contratações para a Polícia Rodoviária Federal.

O ministro ainda teve de ver, neste mês, a liberação de uma linha de crédito para policiais, com R\$ 100 milhões em subsídios bancados pelo governo.

A medida contraria discurso de posse de Guedes em 2019, quando ele afirmou que o mercado de crédito havia sofrido "intervenções danosas" em governos anteriores e criticou a politização dos bancos públicos.

Sem conseguir implementar um plano efetivo de abertura comercial do país, o ministro também teve de atender algumas demandas específicas do presidente. Entre as ações estão cortes de **impostos** de importação sobre videogames, brinquedos e armas de fogo.

Bolsonaro também foi o principal entrave para a criação de um imposto aos moldes da extinta CPMF. O plano de Guedes previa que a arrecadação do novo tributo fosse usada para compensar um corte de encargos trabalhistas.

Mesmo com as resistências internas do governo, Guedes ainda não desistiu da proposta. Agora, porém, ele decidiu que não será o autor do texto e espera que congressistas tomem essa iniciativa por conta própria.

Para rebater afirmações de que estaria perdendo respaldo de Bolsonaro, o ministro afirma que recebeu o apoio do presidente em momentos decisivos.

Entre eles, quando conseguiu enterrar um plano das alas política e militar para reativar a economia por meio de gastos do governo em obras públicas. Guedes também convenceu Bolsonaro a vetar uma autorização de reajuste salarial a diversas categorias do serviço público durante a pandemia.

Mesmo assim, a aliança entre conservadores nos costumes e liberais na economia -como chama Guedes - não foi capaz de concretizar as ideias do ministro.

De 14 promessas ligadas à economia apresentadas em 2018 no programa eleitoral de Bolsonaro, só uma saiu completamente do papel -a independência do Banco Central.

Todas as outras medidas, como a reformulação do Orçamento e a **reforma tributária**, ficaram pelo caminho total ou parcialmente. Até a alteração nas regras da Previdência, única grande reforma aprovada, deixou de fora um ponto central da proposta de Guedes -a capitalização.

Parte da agenda econômica foi afetada pela chegada da Covid-19, quando o país se voltou ao enfrentamento da pandemia e seus efeitos.

Se antes já era difícil deixar as contas públicas no azul, por exemplo, a tarefa passou a ser ainda mais difícil depois da crise sanitária. Além disso, a discussão das reformas ficou prejudicada.

Mas as medidas também foram comprometidas pelos problemas de articulação no Congresso.

Bráulio Borges, economista-sênior da LCA e pesquisador-associado do FGV Ibre cita uma frágil liderança do Executivo na discussão das propostas, o que abre margem para derrotas e textos repletos de jabutis -como no caso da medida que autorizou a privatização da Eletrobras.

"O governo acha que fazer reformas é colocar discussões no Congresso e pronto. Mas o processo envolve o Executivo não só fazer a proposição, mas também liderar esse processo ao longo da tramitação", afirma.

"Muito foi o próprio Congresso se movendo mais do que o governo. Muitas dessas reformas aconteceram a despeito do Executivo, e não por causa dele", diz Borges, que cita como exemplo o marco do saneamento -que flexibilizou a exploração privada do setor.

Ministro fala em privatizar Petrobras e BB em dez anos

Marcela Ayres

O ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou nesta segunda-feira (27) que o plano do governo para um horizonte de dez anos contempla privatizar as estatais de maneira irrestrita, incluindo a Petrobras e o Banco do Brasil.

Ao participar de evento promovido pela International Chamber of Commerce (ICC Brasil), ele afirmou que esse é um dos vetores "muito claros" para o futuro,

assim como alterações no regime de Previdência.

"Se você pergunta: o que você gostaria de fazer nos próximos dez anos? Mudar o regime previdenciário para capitalização. O Brasil vai crescer 5% ao ano, em vez de crescer 2%, 3%", disse ele, pontuando que a reforma já feita pelo governo Jair Bolsonaro foi razoável, mas não transformadora.

"Qual o plano para os próximos dez anos? Continuar com as privatizações. Petrobras, Banco do Brasil, todo mundo entrando na fila, sendo vendido e isso sendo transformado em dividendos sociais", acrescentou.

Durante sua fala, contudo, o ministro ponderou que quem dá o timing para a realização efetiva das privatizações é a política.

"Eu chego aqui cheio de ideias e planos e sonhos. Agora é a política que comanda o processo todo. Ela pode travar, ela pode desacelerar, ela pode interromper", disse.

Ele avaliou ainda que o governo não andou "no ritmo que gostaríamos" quanto à promessa de se desfazer das empresas públicas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

82

Exportação é recorde, mas US\$ 46,2 bi ficam no exterior sem ajudar o câmbio

Vinicius Neder

Beneficiadas por alguns efeitos da covid-19 sobre a economia, as exportações brasileiras, com destaque para as vendas de soja e de minério de ferro para a China, estão batendo recorde em 2021, mas uma parte significativa dos bilhões de dólares levantados pelos exportadores está ficando no exterior, indicam os dados de fluxo cambial e da balança comercial.

As exportações somam US\$ 260,6 bilhões no acumulado de 12 meses até agosto, maior valor na série histórica iniciada em 1995. Já o fluxo cambial em operações de exportação soma US\$ 214,4 bilhões no mesmo período.

A diferença entre os dois valores, que totaliza US\$ 46,2 bilhões, está no maior nível desde 1995, em recordes que vêm sendo renovados desde abril, mostra uma compilação dos dados do Ministério da Economia e do Banco Central (BC) feita pelo pesquisador Armando Castelar, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Os valores da balança comercial são registrados quando os produtos são embarcados para o exterior. Já o BC registra as operações de câmbio apenas quando o pagamento pelas exportações entra no País. O fato de os valores vendidos para fora estarem acima dos valores do fluxo cambial sugere que parte dos pagamentos aos exportadores está ficando no exterior.

Segundo economistas ouvidos pelo Estadão, múltiplos fatores podem estar por trás da operação. Alguns são as diferenças de taxas de juros no Brasil e no exterior, as incertezas com a crise política e a agenda econômica, os rumos da **reforma tributária**, os efeitos da pandemia sobre a economia global e a estratégia específica de grandes empresas como a Petrobras.

Para Castelar, as incertezas em relação à política econômica, como o nível de desequilíbrio das contas públicas, e a crise política estão pesando mais.

"Se a perspectiva é que o câmbio vai andar mais ainda (ou seja, o dólar vai subir), é a crise política atrapalhando", disse.

Reforça essa explicação o fato de a alta recente da taxa básica de juros (a Selic, hoje em 6,25% ao ano)

ter tido pouco efeito para atrair os dólares dos exportadores. O ano começou com a Selic em 2,0% ao ano, nas mínimas históricas. Nesse nível, os investimentos em títulos de dívida brasileiros ficaram menos atraentes. Tradicionalmente, os juros por aqui são mais elevados do que no exterior.

Assim, o mercado nacional sempre atraiu investidores de fora em busca de títulos com taxas mais rentáveis. Com a queda da Selic, caiu o "diferencial de juros", como os economistas chamam o tanto a mais que as taxas daqui oferecem na comparação com as do exterior.

A questão apontada por Castelar é que, desde que a Selic passou a subir, em março, esse diferencial voltou a aumentar, se aproximando do padrão histórico.

Só que não bastou para incentivar a entrada dos dólares das exportações. "Desde que o Banco Central (BC) começou a subir a taxa básica de juros, o câmbio deveria ter valorizado mais (ou seja, o dólar deveria ter caído)", afirmou Castelar.

Pressão no câmbio. A demora na internalização dos dólares das exportações traz uma pressão a mais para a elevação da taxa de câmbio. Embora a percepção de risco por parte dos agentes do mercado financeiro pese mais, um fluxo maior da moeda americana para o País, por meio do comércio exterior, tenderia a baixar as cotações, trazendo algum alívio para a **inflação** - motivo apresentado pelo BC para subir os juros.

Para Pedro Rossi, professor da Unicamp e autor do livro *Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil* (Ed. FGV), a opção por deixar dólares no exterior pode ter contribuído para o câmbio pressionado, mas não é determinante.

"O giro financeiro é muito maior, e o câmbio segue sendo determinado pelos derivativos (títulos negociados no mercado financeiro que usam a taxa de câmbio como referência), cuja movimentação é muito alta. Então, o exportador tem um peso reduzido na determinação da taxa de câmbio", disse o professor.

Segundo Rossi, a diferença recorde entre exportações e fluxo cambial é de fato atípica, mas o professor pondera que os exportadores podem estar oferecendo mais prazo para seus clientes - ou seja, estão

embarcando os produtos, mas aceitando receber mais tarde do que o usual - e podem estar recebendo em contas bancárias no exterior, deixando os dólares um tempo lá fora.

Assim, os recursos podem entrar, no fluxo cambial, pela conta financeira, e não comercial.

O BC informou, por meio de assessoria de imprensa, que não houve mudança regulatória recente que pudesse incentivar os exportadores a manter dólares lá fora. Desde 2006, os exportadores brasileiros podem manter os pagamentos recebidos em bancos no exterior.

Embora esses recursos possam ser internalizados como operações financeiras, no momento do ingresso no Brasil "é mais vantajoso ao exportador, inclusive considerando aspectos de ordem tributária, que a operação de câmbio seja realizada a título de exportação, observados os prazos regulamentares", informou o BC, por escrito.

Fator Selic

"Desde que o Banco Central começou a subir a Selic (a taxa básica de juros, hoje em 6,25% ao ano), o câmbio deveria ter valorizado mais (ou seja, o dólar deveria ter caído)." Armando Castelar PESQUISADOR DO IBRE/FGV QUE COMPILOU DADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO BANCO CENTRAL SOBRE A BALANÇA COMERCIAL E O FLUXO CAMBIAL

FORA DO BRASIL

FONTE: BANCO CENTRAL E MINISTÉRIO DA ECONOMIA

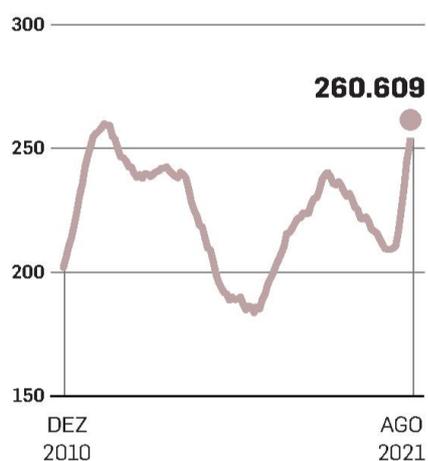
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FORA DO BRASIL

● A diferença entre os valores das exportações na balança comercial e dos fluxos cambiais nas transações comerciais sugere que parte dos dólares obtidos por exportadores está ficando no exterior

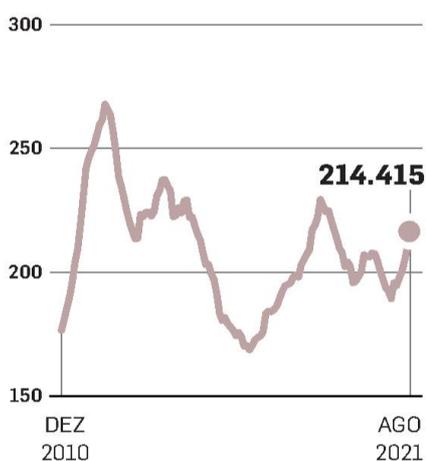
Exportações*

ACUMULADO EM 12 MESES,
EM MILHÕES DE DÓLARES



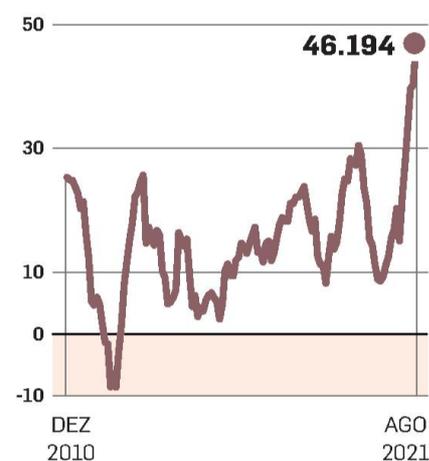
Fluxo cambial de exportações**

EM MILHÕES DE DÓLARES



Diferença entre exportações e fluxo cambial

EM MILHÕES DE DÓLARES



* REGISTRADAS NA BALANÇA COMERCIAL; ** MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO NO SEGMENTO COMERCIAL, PARA EXPORTAÇÕES

FONTE: BANCO CENTRAL E MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Especialistas veem quitação antecipada de dívidas no exterior

Vinicius Neder

O fato de a diferença entre os valores das exportações registrados na balança comercial e o fluxo cambial da via comercial continuar em níveis recordes, mesmo após o Banco Central (BC) mais do que triplicar a taxa básica de juros (a Selic, hoje em 6,25% ao ano, ante 2,0% no início do ano), tem intrigado economistas. Questões específicas da estratégia empresarial de grandes companhias podem fazer a diferença também.

"Provavelmente, algumas empresas continuam um ciclo, que vimos desde 2019, de antecipar pagamento de dívida externa.

Empresas exportadoras acabam deixando os recursos lá fora e já fazem um encontro de contas lá fora (pagando dívidas em dólar)", disse a economista-chefe para o Brasil do JPMorgan, Cassiana Fernandez.

A Petrobras é frequentemente citada como exemplo. Em 2020, as exportações líquidas de petróleo e derivados saltaram 95% ante 2019. No segundo trimestre deste ano, a receita com exportações foi de R\$ 33,6 bilhões, 47,2% superior à do primeiro trimestre.

Para superar a crise financeira deflagrada pela Operação Lava Jato e pelas perdas com o controle dos preços de combustíveis, as gestões que comandam a petroleira desde 2016 vêm focando na redução da dívida, com pagamentos antecipados. A meta é chegar a US\$ 60 bilhões de dívida bruta. No segundo trimestre, o valor ficou em US\$ 63,7 bilhões, US\$ 27,5 bilhões abaixo do patamar do segundo trimestre de 2020. Procurada, a Petrobras não respondeu ao pedido para comentar o assunto.

Outra questão que pode estar levando grandes exportadores a deixar parte dos dólares lá fora é a incerteza em torno da **reforma tributária**. "Há insegurança, porque a mudança no Imposto de Renda pode tributar lucro lá fora", ressaltou o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Redução de dívida

"Provavelmente, algumas empresas continuam um

ciclo, que vimos desde 2019, de antecipar pagamento de dívida externa." Cassiana Fernandez
ECONOMISTA DO JPMORGAN

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Saída para precatórios

Técnicos do governo confirmam estudos para prorrogar o pagamento do auxílio emergencial, com última parcela prevista para outubro, até dezembro (em valores entre R\$ 150 e R\$ 375). Oficialmente, o Ministério da Cidadania não confirma, mas fontes do próprio órgão garantem que a estratégia está na ponta da agulha para ser apresentada e é uma tentativa de socorrer cerca de 25 milhões de famílias que ficarão desassistidas quando o auxílio terminar. Elas ficarão no limbo, dizem, porque não se enquadram no atual Bolsa Família. Para especialistas, para fechar as contas, a saída é mesmo a prorrogação.

O principal obstáculo para o lançamento do Auxílio Brasil são os R\$ 89 bilhões que o governo tem que pagar de precatórios (dívidas judiciais) em 2022. De acordo com André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, a solução para o governo sair dessa encruzilhada passa pela PEC dos Precatórios (que ainda depende de conversas entre Tribunal de Contas da União e Supremo Tribunal Federal) e pela aprovação da reforma do Imposto de Renda, em tramitação no Senado.

"As receitas (para o programa social) vão vir da segunda (reforma do IR) e o espaço fiscal da primeira (PEC dos Precatórios). Como a reforma do IR deve demorar, se criou esse impasse. A possibilidade de se prorrogar o auxílio emergencial seria uma estratégia intermediária", analisa Perfeito. Diante das incertezas, "não vai ser surpresa se o governo prorrogar o auxílio emergencial, mesmo sem ter a fonte de financiamento de recursos nos próximos dois meses, ou seja, entrando em 2022", reitera Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust.

Ele destaca que o déficit primário do governo não é tão alto, nem para este ano e nem para o ano que vem. "O grande problema de ter mais gasto é a questão de descumprir a regra do teto. Para não descumprir, acho que o governo vai se esforçar para tirar essa despesa do teto dos gastos. A princípio, eu vejo o governo com uma política fiscal mais expansionista, mais populista, ou seja, o presidente Bolsonaro realmente vai tentar utilizar o superávit fiscal visando aí as eleições de 2022", reforça Eduardo Velho.

Na análise do economista Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest, a equipe econômica havia apostado suas fichas que iria conseguir respaldo para o não pagamento dos precatórios. "Para ganhar tempo e arrecadar recursos

suficientes para aguardar a decisão do Congresso, os técnicos governistas criaram a MP do IOF. No entanto, o Congresso está refém de fortes pressões (lobbies) contrárias à postergação no pagamento dos precatórios, inclusive oriundas do judiciário (STF e Superior Tribunal de Justiça)".

"Assim, o caminho a ser trilhado pelo governo é estender o pagamento do auxílio emergencial, sob o argumento de que se trata de recursos que não devem impactar o teto de gastos. O Congresso deve topar esta estratégia. Enquanto isso, a equipe de governo abriu sua caixa de ferramentas. Mas só vingou o aumento de **impostos** até agora. A corda sempre arrebenta do lado mais fraco", ironiza Cesar Bergo.

Cálculos

O especialista em políticas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, lembra que estudos da Instituição Fiscal Independente (IFI) apontam espaço no Orçamento para pagar os precatórios e ampliar, mesmo que mais modestamente, o Bolsa Família em 2022 sem que seja necessário alterar as regras vigentes. Nos cálculos da IFI, o benefício do Bolsa Família subiria dos atuais R\$ 189 para cerca de R\$ 250, com alta no número de beneficiados de 14,6 milhões para cerca de 16 milhões, por cerca de R\$ 14 bilhões a mais.

"Politicamente, contudo, o governo, com a popularidade em queda livre, quer fixar para o Auxílio Brasil um valor médio no mínimo semelhante ao do auxílio emergencial para não reduzir o benefício mensal (que já é considerado baixo) das famílias atualmente contempladas. Mas ainda há muito o que discutir, porque o novo Auxílio Brasil, a partir de novembro, só seria possível com a receita decorrente do aumento do IOF", reforça Bergo.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia informou que as projeções atualizadas na sua Grade Fiscal de agosto de 2021 indicam uma arrecadação federal bruta total estimada da ordem de R\$ 1,809 trilhão, o que resulta em uma diferença de arrecadação, em termos nominais, da ordem de R\$ 330 bilhões acima da arrecadação de 2020. (VB)

Petrobras sinaliza aumentos apesar de fala de Bolsonaro

Cerca de cinco horas depois que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que discute maneiras de reduzir o preço dos combustíveis, a Petrobras convocou entrevista para reafirmar sua política de preços e admitiu que os valores podem ser elevados para corrigir a defasagem atual.

"Começo afirmando que não há nenhuma mudança na política de preços da Petrobras", disse o presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna. "Continuamos trabalhando da forma que sempre trabalhamos", completou, defendendo que uma Petrobras forte consegue dar maior contribuição ao país.

Na manhã desta segunda-feira (27), Bolsonaro afirmou que havia se reunido com o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) para discutir formas de diminuir o preço dos combustíveis "na ponta da linha".

"Alguém acha que eu não queria a gasolina a R\$ 4 ou menos? O dólar a R\$ 4,50 ou menos? Não é maldade da nossa parte, é uma realidade. E tem um ditado que diz "nada não está tão ruim que não possa piorar". Nós não queremos isso porque temos um coração aberto", declarou.

A entrevista da Petrobras foi convocada após as declarações do presidente. Nela, Silva e Luna repetiu que a empresa ainda segue a paridade internacional, mas não repassa volatilidades pontuais do cenário externo ao consumidor brasileiro.

Na entrevista, o diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Mastella, reconheceu que há hoje defasagem e disse que a empresa avalia aumentos. "Pontualmente, os preços estão sim defasados, o que significa que estamos avaliando ajuste dos preços."

As ações da estatal, que tinham iniciado o pregão desta segunda subindo quase 2% impulsionadas pela alta do petróleo, passaram a devolver os ganhos ao longo da tarde, após as declarações de Bolsonaro sobre os preços dos combustíveis.

O temor de intervenção na política de preços da Petrobras, no entanto, se dissipou com a entrevista coletiva da empresa, e os papéis da estatal iniciaram uma recuperação a tempo de encerrar o pregão em alta de 0,89%.

Segundo estimativa da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o litro do diesel é vendido no Brasil R\$ 0,46 mais barato do que a paridade de importação, conceito que estima quanto custaria para trazer o produto do exterior. No caso da gasolina, a diferença seria de R\$ 0,31 por litro.

A gestão de Silva e Luna reduziu de forma abrupta o ritmo de reajustes: a gasolina não é alterada desde 12 de agosto e o diesel, desde 6 de julho. E a pressão por reajustes tende a crescer, já que analistas começam a rever para cima suas projeções para a cotação internacional do petróleo.

O banco Goldman Sachs, por exemplo, já fala em US\$ 90 por barril até o fim do ano, US\$ 10 a mais do que a estimativa anterior. Silva e Luna reconheceu que o mercado internacional parece ter atingido outro patamar.

"Vemos o preço do [petróleo] Brent se posicionar num valor elevado, acima de US\$ 70 por barril e está sinalizando realmente uma necessidade de ajustes de preço", afirmou. Ele defendeu que a Petrobras tem uma forte governança e que seu bom desempenho contribui para a economia brasileira.

Como exemplo, disse que a empresa pagou R\$ 20,3 bilhões em dividendos à União entre 2019 e 2021. Em **impostos**, o valor nesse período chegará a R\$ 552 bilhões, completou. "Entendemos que uma Petrobras saudável contribui de forma efetiva para a sociedade brasileira."

A direção da Petrobras reforçou discurso do governo sobre a contribuição de outros elos da cadeia nos elevados preços dos combustíveis, ao defender que a estatal fica com apenas R\$ 2 com a venda de gasolina, que hoje custa R\$ 6,09, em média, no país.

Segundo o executivo, com a receita de vendas dos combustíveis, a estatal investe na exploração e produção de petróleo e gás, no refino e no pagamento de **impostos** e participações especiais, como os royalties do petróleo.

O governo busca alternativas para reduzir os preços sem mexer na Petrobras, como a redução do percentual de etanol na gasolina ou a criação de um

fundo de estabilização com recursos do pré-sal. Silva e Luna tem participado dos debates, segundo a agência Reuters.

A sugestão apresentada a integrantes do Ministério de Minas e Energia é a utilização de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a formação do fundo que bancaria os subsídios para evitar grandes volatilidades no mercado.

Segundo uma das fontes ouvidas pela Reuters, o Fundo Social tem em caixa R\$ 45 bilhões e deve receber mais R\$ 17 bilhões este ano. A criação de um fundo é tema também de projetos de lei já apresentados no Congresso.

Na entrevista da tarde desta segunda, Silva e Luna disse que definir esse tipo de política não é atribuição da empresa, que só contribui com informações técnicas quando é chamada pelo governo.

A escalada dos preços está na base da explosão da **inflação** e vem provocando estragos na popularidade do governo. No início do ano, Bolsonaro trocou o comando da Petrobras para tentar acalmar os ânimos. Depois, passou a responsabilizar os **impostos** estaduais pelos aumentos.

"Onde está a responsabilidade? Eu usei muito nos últimos dias uma outra passagem bíblica: por falta de conhecimento meu povo pereceu. Nós temos que ter conhecimento do que está acontecendo antes de culpar quem quer que seja", disse o presidente nesta segunda.

Mais tarde, Bolsonaro disse a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada que o valor do óleo diesel pode sofrer reajuste em breve.

"Pessoal está insatisfeito? Está. Inclusive estamos há 3 meses sem reajustar o diesel. Vai ter reajuste daqui a pouco. Não vai demorar", afirmou o presidente.

Ele também disse que não pode forçar uma redução do preço da gasolina. "Não sou dono da Petrobras. Não posso falar "não aumenta"", disse ele. "Subiu lá fora, subiu dolar aqui, o aumento é automático. Não tem como resolver a curto prazo isso aí", completou.

Bolsa fecha em alta com recuperação das ações da estatal

Clayton Castelani

A Bolsa de Valores fechou em alta de 0,27% nesta segunda-feira (27), a 113.583 pontos, em um pregão marcado por oscilações geradas por declarações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) envolvendo a

política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras. O dólar subiu 0,65%, a R\$ 5,3790.

A estatal, que tinha iniciado o dia subindo quase 2% impulsionada pela alta do petróleo, passou a devolver os ganhos após os comentários de Bolsonaro no final da manhã desta segunda.

O presidente afirmou ter se reunido com o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) para discutir formas, na Petrobras, de "diminuir o preço" de combustíveis "na ponta da linha".

"Hoje estive com o ministro Bento, conversando sobre a nossa Petrobras, o que podemos fazer para melhorar, diminuir o preço na ponta da linha. Onde está a responsabilidade?", questionou Bolsonaro.

Horas depois, a diretoria da estatal anunciou uma entrevista à imprensa para tratar do tema, o que inicialmente reforçou a preocupação do mercado sobre eventuais intervenções do governo.

O temor se dissipou ao início da entrevista, com a Petrobras reafirmando a política de preços ao explicar que os combustíveis podem sofrer novos reajustes. Os papéis da empresa iniciaram uma recuperação a tempo de encerrar o pregão em alta de 0,89%.

"O Ibovespa manteve a alta durante boa parte do dia e, no começo da tarde, virou, com o mercado assustado pelas declarações do Bolsonaro, seguidas do anúncio de entrevista da Petrobras", afirmou Bruno Mansur, especialista da Valor Investimentos.

Combustíveis sob Bolsonaro

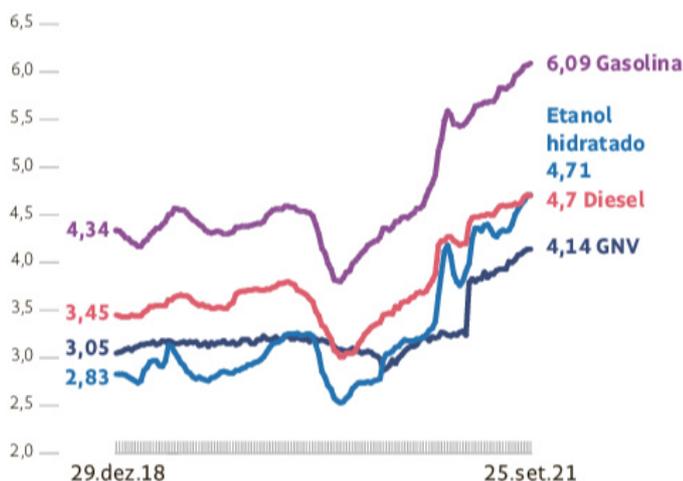
Gasolina, etanol e diesel em RS por litro. GNV em RS por metro cúbico

Site:

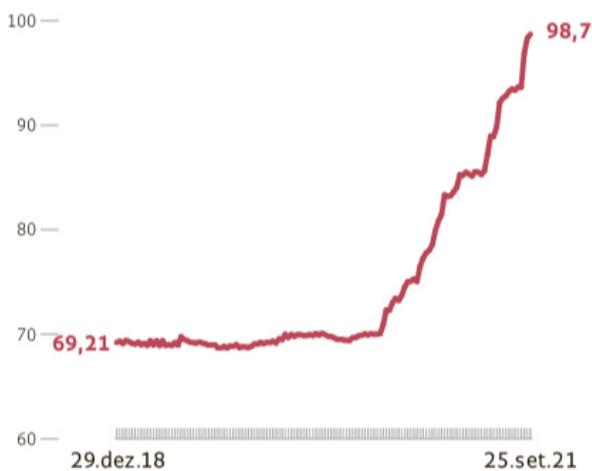
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49682>

Combustíveis sob Bolsonaro

Gasolina, etanol e diesel em R\$ por litro. GNV em R\$ por metro cúbico



Gás de cozinha
 Em R\$ por botijão de 13 kg



Composição de preços da Petrobras

Em %

Gasolina

10,8	16,9	27,5	11,3	33,5
Distribuição e revenda	Etanol anidro	Imposto estadual (ICMS)	Impostos federais (Cide, PIS/Pasep e Cofins)	Vai para a Petrobras

Diesel

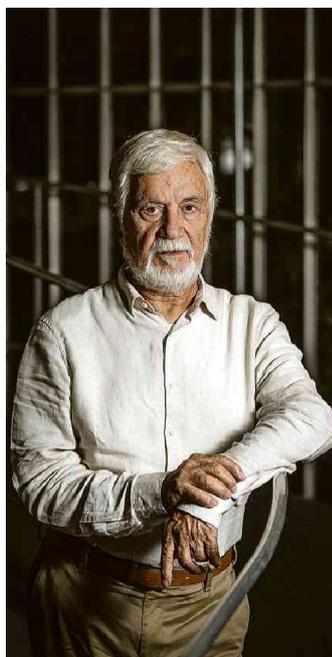
11	13,9	16	6,9	52,2
Distribuição e revenda	Biodiesel	Imposto estadual (ICMS)	Impostos federais (Cide, PIS/Pasep e Cofins)	Vai para a Petrobras

Gás de cozinha (13 kg)

	37,4	14,9	47,7
Distribuição e revenda	0 Imposto estadual (ICMS)	Impostos federais (Cide, PIS/Pasep e Cofins)	Vai para a Petrobras

Fontes: ANP e Petrobras, com dados da semana encerrada em 18.set.2021

Melhora de imagem do país pode turbinar a economia



Eduardo Cucolo

A abertura comercial do país poderia impulsionar o crescimento da economia e a diversificação da pauta exportadora nos próximos anos, mas o Brasil precisa avançar também em algumas agendas, entre elas, questões educacionais, de sustentabilidade e combate à corrupção.

Essa é a avaliação de especialistas e empresários que participaram nesta segunda (27) do 4º Encontro O Brasil Quer Mais - O Lugar do Brasil no Mundo, realizado pelo ICC Brasil, entidade que reúne os membros brasileiros da Câmara de Comércio Internacional.

O argumento de que o custo Brasil não permite uma abertura mais rápida foi atacado pelos debatedores e citado como uma falácia.

Edmar Bacha, sócio-fundador e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, afirmou que, de acordo com dados de 2018, o Brasil representava 3% do **PIB** (Produto Interno Bruto) e 1% das exportações mundiais, era a 25ª maior economia exportadora e 8ª maior em termos de **PIB**. O país tem um comércio internacional que representa 25% do **PIB**, ante uma média mundial de 60%.

Segundo Bacha, é necessário pensar em um Plano

Real para a indústria como uma maneira de reindustrializar o país.

Para ele, o modelo de substituição de importações e proteção industrial foi importante até meados do século passado, mas hoje contribui no sentido contrário, para desindustrializar o país.

"O normal seria termos uma participação no comércio internacional de 50% do **PIB**. Não tem porque a gente prosseguiu muito além do razoável em uma estratégia de substituição de importações. As empresas vêm para o Brasil mirando o mercado interno, incapazes de exportar, com raras e honrosas exceções", afirmou Bacha, que defendeu uma redução substancial de tarifas.

Tânia Cosentino, presidente-executiva da Microsoft e presidente do Conselho de CEOs da ICC Brasil, afirmou que o Brasil é um país protecionista demais e que uma taxa de abertura comercial passando de 25% para 50% do **PIB** pode elevar o crescimento do país em dois pontos percentuais.

"Temos aquela visão ainda protecionista, e isso é o que impede ganhos de produtividade e o crescimento", afirmou.

A executiva disse que questões como infraestrutura, desburocratização e educação são críticas, mas que também é necessário determinar qual a vocação do Brasil, para ir além do agro e do setor mineral, além de trabalhar a marca Brasil para recuperar a credibilidade na questão da corrupção e de sustentabilidade.

"A gente está vivendo um retrocesso na nossa pauta ambiental, e isso está impactando na nossa credibilidade. Até a nossa pauta agrícola sofre pressões e embargos."

Vera Thorstensen, professora da Escola de Economia de SP na FGV, disse que o Brasil possui as tarifas alfandegárias mais altas do setor industrial entre países emergentes. Afirmou também que o Mercosul não está garantindo proteção à indústria brasileira dentro do bloco.

"Estamos trabalhando com a invasão da China na América do Sul, principalmente na Argentina. A China está jantando a parte industrial do Brasil. O Mercosul

não está segurando mais nada", afirmou.

Ela também falou que a questão ambiental colocou o Brasil como "o menino feio do baile" e ameaça acordos já estabelecidos.

"A gente está conseguindo melar um acordo glorioso, com a União Europeia. Algum outro país tem interesse em fazer acordo com o Brasil? Esqueçam".

Pedro Passos, conselheiro e fundador da Natura, afirmou que o lobby dos setores favoráveis à proteção é muito forte no país, com entidades que não representam as indústrias inovadoras e que usam o argumento do Custo Brasil e do aumento do desemprego de forma distorcida.

"Setorialmente pode perder aqui ou acolá, mas no agregado da sociedade vamos gerar mais empregos e, se não fizermos essa modificação, vamos continuar a assistir esse filme de terror em que a indústria brasileira perde participação não só no mercado externo, mas também no próprio país."

Francisco Gomes, presidente-executivo da Embraer, afirmou que a empresa é uma exceção em relação à participação do país no comércio exterior, com mais de 80% da receita vinda das vendas ao exterior.

Ele citou dois exemplos que afetam a competitividade da companhia: a tributação pela contratação de serviços que não estão disponíveis no Brasil e a importação de máquinas de alta tecnologia.

"Nesses serviços, temos de pagar cerca de 45% de **impostos**. Os nossos concorrentes de outros países não pagam. Quando precisa importar um maquinário para nossas fábricas, temos de pagar também um imposto de importação importante e que os nossos concorrentes não precisam. Essas duas coisas afetam nossa competitividade, apesar de ser um mercado muito aberto."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

82

Nos 150 anos da Lei do Ventre Livre, Brasil ainda não é uma democracia racial

Helena Theodoro

Neste 28 de setembro estaremos completando 150 anos de uma das leis abolicionistas, a Lei do Ventre livre, também conhecida como "Lei do Branco".

Criada em 1871, por José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, trazia a proposta de abolir gradualmente a escravidão no país, determinando que os filhos de escravizadas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Essa lei criou dois cenários para dar a liberdade, pois previa que a mãe ficasse com os filhos até os 8 anos. Após esta idade, até 21 anos, poderia ser entregue a uma instituição do Estado, com direito a uma indenização pelos anos trabalhados, ou ficar com a mãe sob cuidados do senhor. Essas propostas desagradaram tanto aos senhores como a vários ativistas do movimento abolicionista.

É importante assinalar que na segunda metade do século 19, o Brasil era um dos últimos países no mundo que mantinham o uso do trabalho escravo. Por conta disto este período ficou marcado pelo debate sobre escravidão. A partir de 1860 tal discussão ganhou força, com José Bonifácio de Andrada e Silva defendendo o fim da escravidão - não por motivos humanitários, mas porque acreditava que o desenvolvimento do país passava pelo crescimento da mão de obra livre e pelo branqueamento da população brasileira.

Posturas racistas como a de José Bonifácio eram comuns na década de 1860 e continuam até hoje.

As desigualdades sociais da população brasileira continuam presentes em nossos dias. O movimento das mulheres negras com a participação eficaz da juventude negra, além das organizações quilombolas e das denúncias contra os ataques às religiões de matriz africana, mostram como neste país insistem em negar cidadania e respeito à população negra, jovem e periférica que representa oficialmente 56% da população.

O debate contra a escravidão com contornos humanitários esteve ligado a muitas formas de resistência desde o tempo dos escravizados, tais como fugas coletivas ou individuais, revoltas contra feitores e senhores, recusa em trabalhar, criação de

quilombos e mocambos.

A revolta começava nos navios negreiros, sendo mocambos lugares de esconderijo e quilombos os acampamentos militarizados, como o Quilombo dos Palmares que chegou a ter 20 mil habitantes, tendo resistido ao longo de todo o século 17. Suicídios e abortos também foram usados como formas de resistência.

Constatamos assim, que nossos passos vêm de longe e que na atualidade sabemos não existir um caminho fácil para mudar concepções que há séculos desumanizam a existência e a experiência de vida da comunidade preta. No entanto, para benefício de todos, é um caminho que precisa ser feito com honestidade, escrita, solidariedade e respeito. É preciso romper os silêncios **impostos** pela escravidão e pelos açoites à caminhada negra brasileira.

Os abolicionistas sofriam a pressão dos grupos econômicos mais poderosos, como os grandes fazendeiros do Sudeste, e para evitar rupturas drásticas, passaram a defender uma transição lenta e gradual que evitasse prejuízos imediatos aos fazendeiros e impedisse a desordem e os levantes dos escravizados.

A pressão dos grupos econômicos mais poderosos continua existindo, apresentando uma lógica política de que a riqueza do país deve beneficiar quem investe e não as pessoas do povo. Assim, os mais ricos são beneficiados em detrimento da população menos favorecida, basicamente a comunidade negra.

O Brasil não é uma democracia racial. Deveria ser porque quase 4 milhões de africanos-homens, mulheres e crianças- foram brutalmente traficados para cá como escravos e, ao longo de mais de 350 anos, foram responsáveis por criar este país e, portanto, deveriam ter seus direitos como cidadãos e cidadãs plenamente assegurados. Isso, definitivamente, não tem sido o caso.

O Brasil não é uma democracia racial porque a discriminação racial e o racismo são, ao mesmo tempo, uma prática e uma ideologia que assolam, insidiosa e brutalmente, o cotidiano das pessoas negras, suas famílias e suas comunidades. Na atualidade, devemos reconhecer, esses assuntos

avançaram como debate necessário à formação da opinião pública contra o racismo e, até mesmo, à construção de uma opinião pública antirracista.

A questão racial quando é tocada no país conta com a reação violenta das elites. As políticas de afirmação social feitas até aqui - como as cotas, o Bolsa Família, o atendimento a descendentes de escravos- mexeram com as elites, que resistiram a ver suas regalias perdidas.

A questão racial não se esgota pela questão social. As elites e os brancos pobres não foram preparados para aceitar a mudança racial. Permanece intocada a questão da raça, da relação entre patrões e empregadas/os.

A educação brasileira não dará um passo adiante sem a transformação da mídia, que precisará encarar seriamente a questão racial. A educação é visceralmente política. O modelo de educação tem que se estruturar em uma educação descolonizada, sem pensar na Europa. Um país como o Brasil tem como desafio reinventar uma forma própria de educação.

Podemos pensar que após 150 anos, de uma Lei do Ventre Livre, que não libertava, hoje as mulheres pretas continuam sem ter liberdade para seus filhos, pois ela só é assegurada numa sociedade democrática e equânime, que aceite a diversidade e possibilite oportunidade igual para todos, o que ainda não ocorre em nosso país.

Helena Theodoro, Escritora, pós-doutora em história pela UFRJ, doutora em filosofia pela UGF, mestre em educação pela UFRJ, pesquisadora de cultura afro-brasileira, formada em pedagogia e direito

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Sob pressão, Petrobras diz que manterá sua política de preços

CAROLINA NALIN E VÍTOR DA COSTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relator do IR frustra governo e quer texto em 15 dias

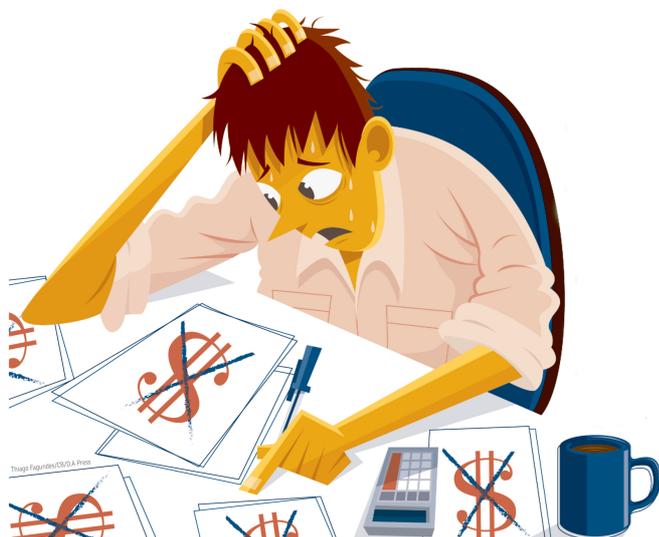
FERNANDA TRISOTTO - BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Endividamento recorde



» FERNANDA FERNANDES

O endividamento das famílias (relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses pela massa salarial) alcançou 59,9% e bateu recorde em junho, segundo as estatísticas monetárias e de crédito divulgadas pelo Banco Central (BC) ontem. A taxa é a maior registrada desde 2005. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que corresponde a grande parte do crédito a pessoas físicas, o indicador chegou a 37,1%.

De acordo com a autarquia, o crédito ampliado para as famílias aumentou 1,8% em agosto, totalizando R\$ 2,7 trilhões, o equivalente a 32,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em 12 meses, a alta foi de 18,2%. Somente no Sistema Financeiro Nacional (SFN), que aumentou 1,5% em agosto e totalizou R\$ 4,3 trilhões, o volume de crédito de operações com pessoas físicas correspondeu a R\$ 2,5 trilhões.

Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas do BC, afirma que o banco tem observado a questão do endividamento e reforça a importância da educação financeira. "Temos observado para que (a dívida) seja feita com a devida educação financeira, com esclarecimento sobre as condições em que o crédito está sendo tomado, para que se possa ter um planejamento adequado", diz. "É uma demanda que está sendo satisfeita pelas instituições financeiras e que, do ponto de vista do SFN, tem risco muito baixo", completa Rocha, sobre o crédito às famílias.

Na avaliação de Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito,

Financiamento e Investimento (Acrefi), pessoas têm buscado crédito não só para consumo, mas para fechar o orçamento familiar. O economista afirma que o crescimento de 1,7% em cartão de crédito à vista aponta maior "giro dos negócios" e que a dificuldade das famílias em fechar as contas é motivada pela alta **inflação**. "O cheque especial cresceu 0,9% no mês. O rotativo cresceu 4,6%. Portanto, embora a gente note uma distinção positiva da vacinação e da volta de atividade econômica, de outro lado, percebemos os efeitos da **inflação** batendo nos orçamentos das famílias", pontua.

A última prévia do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) neste mês, apontou nova alta, de 1,14% em setembro, com **inflação** de 7,02%, no ano, e de 10,05%, acumulada em 12 meses.

Renda

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, explica que a alta **inflação** corrói o poder de compra das famílias, colaborando para o endividamento. "Muitas famílias que têm acesso ao crédito acabam usando esse crédito como medida de sustentação para manter o padrão de consumo de antes", comenta. Além da **inflação**, ele aponta a diminuição na renda nos lares brasileiros como outro fator para o endividamento. "Olhando pela renda na pandemia, a gente consegue entender que muitas famílias recorreram a mecanismos de crédito para suportar a crise", conta.

Renato Magalhães, chefe comercial da B2e Group Concessão de Crédito e Prevenção a Fraudes, reforça que o crédito mais caro e a renda mais baixa são as principais causas para o endividamento. "A renda não está seguindo o mesmo ritmo da **inflação**. A grande maioria dos brasileiros ganha entre 1 e 2 salários-mínimos e a **inflação** tem pesado em cima de produtos básicos que têm maior consumo pelas famílias. O orçamento acaba pesando", afirma.

Cheque especial sobe a 124,9%

As contratações de crédito ficaram mais caras para as famílias e empresas no mês de agosto. A alta nas taxas de empréstimos e financiamentos reflete os dois últimos reajustes do Comitê de Política Monetária (Copom), que elevou em 1 ponto percentual a taxa Selic, atualmente em 6,25% ao ano. As estatísticas

monetárias e de crédito apontam que a taxa média de juros para pessoas físicas no crédito livre chegou a 40,9% ao ano, um aumento de 1,1% na comparação com julho. Nas contratações com empresas, o aumento da taxa livre foi de 0,7% no mês e 3,9% em 12 meses, alcançando 16,2% ao ano. O cartão de crédito variou de 62% em julho para 63,8% em agosto, enquanto no cheque especial a taxa passou de 124% para 124,9% ao ano. "A Selic aumentou e tem perspectiva de seguir aumentando, isso faz com que o crédito se encareça", diz o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez. O especialista em crédito Renato Magalhães, afirma que as instituições financeiras estão com dinheiro em caixa "de sobra", e tem visto oportunidade no cenário atual. "Querendo ou não, a modalidade de crédito é uma das que mais dão retorno financeiro para as instituições, e existe uma demanda realmente maior. As pessoas estão atrás de dinheiro", afirma. (FF)

Nem pés de galinha escapam da corrida dos preços em BH



Aumento faz carne consumir mais cortes baratos, e o quilô do pé de galinha passou de R\$ 0,60 para R\$ 5,99, lembra Sérgio Santos



“Humilhação pra gente, que quer dar o melhor para o filho ou o neto”
Vere Fernando, vereador de Leopoldina, que não consegue colocar carne à mesa



Israel Daires reclama do “abandono” dos preços e afirma que cortes sem glâmez algum voltaram com toda a força aos balcões

Matheus Muratori e Elian Guimarães

Os seguidos aumentos dos preços das carnes forçaram as famílias de menor poder de compra, em Belo Horizonte, a buscar cortes que eram desprezados, como alternativa para colocar a proteína à mesa. Pés de galinha, suã e miúdos de porco passaram a fazer parte do cardápio, mas com a demanda maior, nem mesmo esses produtos estão fora da corrida dos preços. Açougues da capital oferecem também cabeça de peixe para caldos. A nova realidade, que aumenta a pressão sobre o orçamento do consumidor, é o retrato da **inflação** elevada, segundo levantamento divulgado ontem pelo site de pesquisa de preços Mercado Mineiro.

Na capital mineira, cortes pouco requisitados em outros tempos ganharam vez com o aumento geral do preço das carnes, a exemplo de pés de frango, dorso de frango, recorte de costela suína e cabeça de peixe. A oferta por até R\$ 5,99 da cabeça de salmão para moqueca já pode ser vista anunciada em alguns açougues. Contudo, pesquisa de preços já se tomou necessária, diante das variações que o Mercado Mineiro encontrou.

O preço do quilo do pé de frango pode variar de R\$ 5,98 a R\$ 13,99 em BH e região metropolitana, variação de 134%. A mesma quantidade da asa resfriada pode ser encontrada a custo variando de R\$

12,90 a R\$ 23,95, diferença de 85%. O dorso do animal é encontrado a partir de R\$ 6,99.

As vendas de pé de frango cresceram de 40 quilos para 300kg por semana na Casa de Carnes Xavier, no Bairro Santa Efigênia, o que fez com que os preços também acompanhassem a corrida e passassem de R\$ 2,99 para R\$ 3,55 o quilo, explica o gerente Wanderson Edson Pereira da Silva. Na mesma proporção, as vendas de orelha de porco, asinha e coxa também subiram.

Gerente da Casa de Carnes Balinha, no Bairro Cabana, na Zona Oeste de BH, Fabrício dos Santos Borges, de 42 anos, conta que há quatro anos o quilo do pé de galinha era vendido a R\$ 0,50. "Hoje, já está a R\$ 8. E começa a encalhar, porque as pessoas estão sem dinheiro", afirma. Quem comprava filé de peito de frango a R\$ 12,90, agora compra coxa a esse preço. O custo do filé já chega a R\$ 20 o quilo. O peito com osso no Açougue Balinhas encareceu de R\$ 7,99 para R\$ 13,99 o quilo.

A preocupação do gerente Fabrício Borges é compartilhada pelo açougueiro Sérgio Linhares dos Santos, de 28, da Casa de Carnes Vereda, instalada no Bairro Vista Alegre. "Os constantes aumentos da carne de boi fizeram os clientes passarem a consumir mais porco e frango. Com os cortes nobres mais caros, as pessoas mudaram para asinha, pé de galinha, miúdos de porco", afirma.

O pé de galinha, que custava cerca de R\$ 0,60 o quilo e costumava sobrar no açougue, agora é tão demandado que a empresa comercializa 40 quilos por semana e o preço subiu a R\$ 5,99 o quilo. "Alguns clientes chegam aqui pedindo doação de "muxibinha" pra misturar com batata. A gente então doa. não dá pra vender", destaca Sérgio Santos.

Outra carne incluída entre as opções mais baratas nos açougues é a salsicha. Na Região Metropolitana de BH, de acordo com a pesquisa do Mercado Mineiro, o preço do quilo do produto varia de R\$ 8,98 a R\$ 15. disparidade de 67%. Parte da mesma lista, o recorte de costela suína custa de R\$ 8,49 a R\$ 9,99, aumento de 18%.

TRISTEZA"! Humilhação pra gente, que quer dar o melhor para o filho ou o neto", resume, sem esconder

a revolta com a situação dos preços. a auxiliar de limpeza Vera Fernandes, de 60. "Este será um Natal triste, talvez uma salada de ovos e alface. Pernil e chester, nem pensar. Tudo muito caro."

Vera recebe R\$ 1.100 por mês, após descontos, e paga R\$ 600 no aluguel. "Lá pelo dia 20, não tenho sequer um real e passo pelo açougue e vejo um quilo de carne a quase R\$ 50. Nem mesmo um pezinho de frango, uma moela ou um suã dá pra comer todos os dias. Dá uma tristeza em pensar que há famílias inteiras em situação ainda pior que a minha."

Na Casa de Carnes Santa Efigênia, as vendas de carne bovina vêm caindo, em média, 30% a cada mês. segundo o gerente José Pereira dos Santos, enquanto pés de galinha, miúdos e orelha de porco tiveram alta nas vendas de quase 40% nos últimos três meses.

"Não sou de comer muita carne, mas sempre quando falta dá vontade", conta a aposentada Ana Neiva, de 85, moradora do Bairro Vista Alegre. Ontem, ela comprou costelinha de porco, mas, algumas vezes, consegue levar para casa asa ou coxa de frango. Embora morando sozinha, diz gostar de fazer "gracinha" no Natal para os filhos e netos. Contudo, admite que está cada vez "mais difícil."

"Minha filha mora na Suíça, e quando vem reúne os irmãos e cada um ajuda de um lado. Acredita? Outro dia, pesei um frango e deu R\$ 35. Dispensei e troquei por duas coxas", afirma Ana Neiva. Para o agente de saneamento Israel Procópio das Dores, de 44, "tudo está um absurdo, cada dia um preço. Carne de boi, então, além de cara. a qualidade caiu muito. Tudo que andava sumido reapareceu, como a carcaça, pé de galinha, bofe de boi, tudo voltando e o orçamento cada vez mais curto.

Sem pesquisa, consumidor paga até 246% mais

Cortes da carne de boi como acém. chã de dentro e picanha baratearam em relação a agosto na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas o consumidor tem dificuldade de perceber as quedas, uma vez que o custo da proteína se mantém elevado. Segundo a pesquisa do site Mercado Mineiro, o preço médio do quilo da picanha caiu 1,44% entre 20 de agosto e a sexta-feira da semana passada. Ainda assim, a carne é encontrada ao preço médio de R\$ 59,52, de acordo com levantamento feito em 39 estabelecimentos de BH e entorno, entre os dias 22 e 24 deste mês.

Entre os cortes de carne bovina que encareceram, o maior aumento no período de um mês foi constatado para o filé mignon, de 3,38%. O preço do quilo passou de R\$ 56,66 para R\$ 58,58. Por sua vez, a carne suína manteve o preço médio de agosto para

setembro. Movimento oposto mostrou o frango, que deixa de ser alternativa para o consumidor fugir da alta da carne. Em um mês, o Mercado Mineiro verificou elevação do preço médio de 6,77% no quilo do frango resfriado, 6% no peito resfriado e 4,19% em coxa e sobrecoxa.

Partes nobres da ave já mostravam grande disparidade de preços e ela continua. É possível encontrar, em BH. o quilo do frango resfriado com variações nas tabelas de 66%, entre R\$ 8,99 e R\$ 14,95.0 filé de peito é oferecido a preços de R\$ 14,98 a R\$ 25,90, 73% de aumento. Coxa e sobrecoxa custam de R\$ 10.99 a R\$ 15.95 o quilo, diferença de 45%.

As disparidades de preço para o mesmo produto chamam a atenção em todos os tipos de carne. O quilo da fraldinha, por exemplo, mostra diferença de 203% nos preços na Grande BH. custando de R\$ 27,99 a R\$ 84,95. Se a opção for o contrafilé. o consumidor pode pagar de R\$ 37,99 a R\$ 79.95, variação de 110%. O preço do quilo do acém vai de R\$ 26,99 a R\$ 39,90, diferença de 48%, enquanto o quilo da chã de fora é encontrado entre R\$ 31,99 e R\$ 52,90, aumento de 65%. Quanto à carne suína, o quilo da bisteca pode custar de R\$ 12,99 a R\$ 4495 em BH. 246,04% a mais. (MM/EG)

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Empresários defenderão 'retomada verde' a Guedes

Daniele Madureira

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deve se encontrar mês que vem com representantes do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), grupo que reúne cerca de 80 grandes empresas responsáveis por 47% do **PIB** (Produto Interno Bruto) do país.

A data prevista é 6 de outubro. Na pauta, o posicionamento "Empresários pelo clima", divulgado oficialmente nesta segunda-feira (27), em que a instituição cobra do governo Jair Bolsonaro protagonismo do Brasil na área ambiental.

"Vamos defender com o ministro que a retomada tem que ser verde", diz a presidente do CEBDS, Marina Grossi, ressaltando que a questão climática é fundamental para os negócios.

"A desigualdade social, os riscos de uma nova pandemia e o uso indevido das florestas, via desmatamento ilegal, podem ser combatidos com o fortalecimento do Brasil como protagonista na agenda ambiental", afirma a executiva, durante entrevista à imprensa para anunciar o posicionamento.

Um estudo do CEBDS com 61 companhias, que representam 90% do capital negociado em Bolsa no Brasil, apontou que a adoção de ações sustentáveis tem potencial para gerar uma receita de US\$ 123,7 bilhões.

De acordo com Marina, o desmatamento responde por 48% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. "Desse total, 98% são de desmatamento ilegal", afirma. "Resolvida essa questão, o país atingiria 80% do compromisso feito no Acordo de Paris", diz ela, referindo-se ao acordo global firmado em 2015 com o objetivo de reduzir o aquecimento global.

A carta "Empresários pelo Clima" foi assinada até agora por 107 grandes empresas sediadas no país e por dez entidades empresariais. Dessas 107, 55 são companhias associadas ao CEBDS, que lidera a iniciativa. "As adesões ainda estão ocorrendo", diz Marina.

Entre os signatários, estão empresas como Alcoa, B3, Carrefour, Embraer, Bradesco, Grupo Ultra, Shell,

BRF, JBS, Klabin, Natura, Renner, Nestlé, Amazon, JSL, Korin, Marfrig, Mastercard, Vivo, Votorantim, Movida, Suzano, os escritórios de advocacia Tozzini Freire e Mattos Filho, além de entidades como Abimaq (máquinas e equipamentos), Abal (alumínio), Abag (agronegócio) e Amcham Brasil (Câmara Americana).

Além de Guedes, a CEBDS quer apresentar o documento para os ministros Joaquim Álvaro Pereira Leite (Meio Ambiente), Carlos Alberto Franco França (Relações Exteriores) e Tereza Cristina (Agricultura).

"Já tivemos uma sinalização positiva do Itamaraty [sede do Ministério das Relações Exteriores] e da ministra Tereza Cristina", diz Marina.

A carta será apresentada antes da COP26, conferência do clima da ONU (Organização das Nações Unidas), que acontece em novembro em Glasgow, na Escócia. O evento deve entrar para a história como a conferência climática mais importante desde a realizada na França em 2012, quando se estabeleceu as bases para a assinatura do Acordo de Paris -que rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, a fim de conter o aquecimento global.

No mês passado, a carta já foi apresentada a Alok Sharma, presidente da COP26.

"O documento indica que o setor privado dá um respaldo para que o Brasil avance nestes temas, que se tornaram de imensa importância na agenda das empresas", diz Marina referindo-se à adoção de critérios ESG, relacionados à governança ambiental, social e corporativa nas companhias.

A executiva explica que o acesso ao capital e a reputação empresarial são determinantes para que cada vez mais companhias adotem estes critérios. Investidores estrangeiros estão muito atentos ao tema e buscam negócios sustentáveis. "É uma virada de chave para as empresas: não basta falar, é preciso agir", diz Marina.

No documento, os empresários afirmam que "objetivos climáticos ambiciosos correspondem à nossa convicção de que o Brasil deve buscar o protagonismo nas negociações de clima". Caso o país não mantenha sua centralidade nesse diálogo, dizem, pode arcar

com um "enorme prejuízo ao setor produtivo e à sociedade".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

82

Crise política afetar­á economia até 2022, afirma professora



Eduardo Cucolo

A instabilidade política que tem contribuído para a piora dos indicadores econômicos não deve arrefecer, nem em 2021, muito menos no ano eleitoral de 2022, apesar das declarações mais recentes do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A afirmação é da economista Débora Freire, professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Ela é também uma das signatárias do manifesto divulgado em março por diversos agentes econômicos que cobraram o governo federal pela falta de ação durante a pandemia.

Para a economista, é necessário encontrar espaço no Orçamento para recompor a renda do trabalhador, fator que também ajuda a travar a recuperação do investimento, ao lado da crise política. Há o risco, no entanto, de que a expansão fiscal de 2022 seja toda feita em cima de gastos improdutivos, com objetivos eleitoreiros.

A crise política provocada pelo presidente Jair Bolsonaro, que está contribuindo para uma piora dos indicadores econômicos, pode frustrar a recuperação pós-pandemia?

A crise política é mais uma fonte grande de incerteza.

A recuperação depende fundamentalmente da retomada dos investimentos, que ampliam a capacidade produtiva e de fato vão gerar empregos. Qualquer tipo de incerteza afugenta o investimento produtivo. Temos uma série de fatores que já são bastante complexos, como crise hídrica e energética, **inflação**, ausência de definições claras sobre política fiscal.

Tudo isso, somado a essa crise política, gera de fato uma receita de instabilidade e de incerteza muito grande para o empresariado, e aí a gente tem esse comportamento mais contracionista em termos de decisões de investimentos. Se a gente não recuperar o investimento, não recupera a economia.

Como conciliar manutenção do teto de gastos, demandas sociais por mais recursos e pressões do Congresso e do governo federal por aumento de despesas no Orçamento de 2022?

Algum jeito de aumentar a proteção social tem de ser alcançado. Não dá para pensar em estabilidade econômica e social com esse quadro de pobreza e desigualdade. Eu vejo a desigualdade também como entrave às decisões de investimento. Assim como a **inflação**, o empobrecimento de uma camada importante da população deteriora a capacidade de consumo e isso diminui as perspectivas de rentabilidade dos investimentos.

Do ponto de vista social, é inegável que a gente precisa recuperar esse tecido social que tem sido muito prejudicado com a crise. O aumento da pobreza e da desigualdade também podem ser vistos como um entrave à recuperação.

É possível encaixar essa demanda no teto de gastos?

Minha posição em relação ao teto é que ele já não é uma regra fiscal suficientemente crível. O governo já fez várias modificações e deu vários contornos nessa regra fiscal. Quando foi aprovado, em 2016, havia uma perspectiva de que ele iria gerar mais eficiência alocativa. Mas isso não aconteceu. Isso se confirma com essa disputa no Orçamento por esses gastos que a gente pode chamar de improdutivos, como essas emendas e gastos muito ligados a questões eleitoreiras.

A gente precisa rediscutir o teto. Precisamos de uma regra fiscal, é óbvio. Mas de uma regra mais adaptada à experiência internacional e a um contexto que vai exigir uma política fiscal menos austera.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49682>

É possível que, a despeito dessas questões políticas, a economia consiga ter uma melhora significativa até 2022, com um recuo relevante do desemprego, por exemplo?

Para este segundo semestre ainda vejo tempos difíceis. Não vejo possibilidade de melhora efetiva. A questão principal é essa instabilidade política que tem gerado esse efeito de desvalorização do real. Não vejo que isso vá arrefecer.

Bolsonaro lançou aquela carta [após as manifestações de 7 de Setembro] tentando amenizar, mas, dado o que a gente viu até agora, posso estar sendo um pouco pessimista, acho difícil um recuo na postura do presidente.

Não vejo uma modificação do perfil do presidente e da crise política que isso gera. É difícil pensar que ele vai mudar seu comportamento no ano eleitoral. Do ponto de vista da instabilidade política, não vejo melhora no cenário para o Brasil nos próximos meses e no ano que vem.

Do ponto de vista de estímulo, a expansão fiscal pode trazer um certo alívio, mas, se a **inflação** não ceder, pode acabar não adiantando tanto. Do ponto de vista do cenário internacional, talvez a gente tenha perdido uma oportunidade com aquele crescimento da demanda mundial no último trimestre de 2020 e primeiro de 2021.

Não vejo uma recuperação suficiente para puxar o emprego de forma expressiva com o que a gente precisa. Isso tudo considerando que os índices da pandemia continuarão melhorando.

Qual o melhor caminho para a política econômica neste momento?

Os entraves à recuperação são enormes. Então o governo precisa empurrar a economia e também não gerar instabilidade política, para não comprometer ainda mais a moeda, não afugentar ainda mais os investimentos.

Essa crise política só piora nossa situação. Tanto do ponto de vista econômico como político, a atuação do governo agora é fundamental. A gente está diante desse cenário horrível porque não tem visto boa atuação do governo nessas duas esferas.

Site:

Grande, mas pode falhar (Artigo)

**Cecília Machado Economista-chefe do Banco BOCOM
BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de
Economia e Finanças) da FGV**

A Evergrande -gigante do setor imobiliário chinês que sacudiu os mercados na semana passada- está em queda livre. A empresa, que acumula dívidas na ordem de US\$ 309 bilhões (R\$1,6 trilhão), viu o valor de suas ações derreter em quase 90% desde o início ano.

Na superfície, o caso lembrou a grande crise de 2008-2009. O colapso da Lehman Brothers, banco que securitizava e negociava derivativos imobiliários, foi acompanhada por uma das maiores recessões vistas nos últimos tempos, com impactos que transbordaram para todo o sistema financeiro e para a economia real, resultando em desemprego elevado e persistente vários anos depois da crise. Para muitos, a atuação do governo americano à época foi falha. Algumas empresas seriam, por assim dizer, too big to fail (grandes demais para falhar).

Nada indica que este seja o caso da Evergrande, que, diferentemente da Lehman, atua diretamente na construção e incorporação de imóveis e está pouco conectada ao setor bancário. Grande parte de sua dívida são pagamentos a fornecedores e obrigações com clientes. A exposição do setor financeiro à Evergrande é pequena, e o colapso da empresa aumenta em muito pouco o estoque de empréstimos inadimplentes dos bancos.

Não é de hoje que o governo chinês sinaliza pouca tolerância à especulação no mercado imobiliário. O aquecimento do setor já vinha sendo combatido via controle de preços, rigidez nos financiamentos e limites nas quantidades compradas. No ano passado, o governo instituiu um conjunto de regras que restringe o financiamento das empresas no setor, as três linhas vermelhas, atingindo em cheio a Evergrande, que se encontrava enormemente alavancada. O que se viu na semana passada nada mais foi que um reflexo imediato das regras que o próprio governo criou para desaquecer o setor.

Seria surpreendente que a esta altura do campeonato houvesse um resgate da Evergrande por parte do governo, dado os objetivos de Pequim para o setor. Mas há outros motivos para esperar alguma preocupação.

Cerca de 2 milhões de pessoas ainda não receberam

os imóveis que compraram, e as soluções costuradas devem envolver alguma ordem de prioridade entre os credores, ou mesmo a participação das demais construtoras na finalização dos empreendimentos inacabados.

O governo chinês não deu maiores detalhes sobre como irá atuar, mas o setor imobiliário está em xeque: seja como coparticipante nas perdas, seja via aumento dos custos de captação. Um eventual calote em dívidas securitizadas da Evergrande representa um aumento nos custos de financiamento do setor como um todo, que continua sujeitas às mesmas três linhas vermelhas que deixaram a Evergrande sem saída na rolagem de suas dívidas.

O episódio sinaliza tempos difíceis para o setor imobiliário chinês, que corresponde à cerca de 30% do **PIB** do país. Em resposta às orientações do governo, o setor finalmente se desaqueceu: em agosto a queda nas vendas foi de 15% (relativo ao mesmo mês do ano anterior). Os impactos são variados e alimentam considerações sobre desigualdade: enquanto cidades mais ricas sentem poucos efeitos do desaquecimento imobiliário, cidades menos desenvolvidas experimentam queda que chega a ser três vezes maior. Como parte da riqueza dos chineses está em imóveis, o desaquecimento do setor e a queda dos preços impacta diretamente o valor dos ativos das famílias.

É possível que o colapso da Evergrande não seja apenas um evento isolado, e os ventos podem ser de mudanças com relação as regras de Pequim para o setor. Uma deterioração muito rápida do setor imobiliário vem acompanhado por riscos sociais que o governo chinês precisará equacionar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49682>

O fim do teto de gastos (Artigo)

**Felipe Salto, DIRETOR-EXECUTIVO E RESPONSÁVEL
PELA IMPLANTAÇÃO DA IFI. AS OPINIÕES NÃO
VINCULAM A INSTITUIÇÃO**

O teto de gastos está por um fio. A manobra para ampliar despesas sem economizar um centavo tem várias facetas.

Todas ferem de morte essa regra fiscal. Nada entrará no lugar.

Abre-se folga de dezenas de bilhões de reais em pleno ano eleitoral.

A regra do teto, instituída pela Emenda Constitucional n.º 95, de 2016, limita o crescimento das despesas. O IPCA acumulado em 12 meses até junho corrige o teto para o ano seguinte. Essa necessidade de controlar as despesas continua presente. Pode-se discutir o melhor desenho das regras, tema que perpassa diferentes correntes de economistas.

Mas é preciso zelar pela responsabilidade fiscal.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) tem alertado, desde 2019, para o risco de rompimento do teto, situação contemplada na Emenda 95. Os chamados gatilhos - medidas automáticas de ajuste fiscal - seriam acionados no caso de descumprimento do teto. Cristiane Coelho, Daniel Couri, Paulo Bijos, Pedro Nery e eu defendemos, na Folha (4 de setembro de 2020, Regras permitem romper teto de gastos sem abandonar ajuste fiscal), que a Emenda 95 autorizava romper o teto. O projeto de lei do Orçamento seria o lugar geométrico desse evento. O governo preferiu a tese da impossibilidade.

Mais realista que o rei, propôs a PEC Emergencial.

A PEC morreu e foi ressuscitada, no fim de 2020, para ser promulgada como Emenda 109 em março de 2021. A nova regra criada para acionar as medidas de ajuste fiscal nada tem que ver com o limite original.

Os gatilhos só poderão ser acionados se as despesas obrigatórias ultrapassarem 95% das despesas primárias totais (que não incluem juros).

A IFI mostrou que é impossível superar esse percentual sem cortar as despesas discricionárias (custeio da máquina, investimentos e outros) ao ponto de colapsar o Estado.

Para ter claro, os gatilhos preservariam a lógica do teto se estivessem em condição de acionamento. A regra do teto seria mantida. O plano B da própria Emenda 95 (gatilhos) seria ativado. Haveria tempo, sobretudo, para discutir uma reforma fiscal e orçamentária.

Agora, o governo volta à carga com outra PEC - a dos Precatórios.

Ameaça com o calote nos salários dos servidores e nas vacinas, caso não seja aprovada.

Os precatórios foram mal gerenciados. Faltou transparência.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Balanço-Geral da União deveriam apontar as projeções para as despesas de precatórios ano a ano.

Esses gastos estão fixados em R\$ 89,1 bilhões no Orçamento de 2022. Antes, previa-se R\$ 57,8 bilhões. O excesso de R\$ 31,3 bilhões poderia ser financiado com cortes em despesas discricionárias até o nível de R\$ 104 bilhões. Baixo, mas compatível com o funcionamento da máquina pública, como mostra artigo assinado por mim e pelos outros diretores da IFI na edição de sábado do Estado.

Com **inflação** em torno de 8,5%, em 2021, as despesas do ano que vem cresceriam, mas haveria folga de R\$ 17 bilhões no teto. Ela se somaria ao corte das discricionárias para saldar a fatura dos precatórios.

Sobrariam R\$ 14 bilhões para aumentar o Bolsa Família, de cerca de R\$ 190 para R\$ 250 ao mês, zerando a fila de 1,6 milhão de famílias.

A **inflação** poderá ser maior, mas a correção de um erro de interpretação da Emenda 95 ajudaria com outros R\$ 16 bilhões. Os precatórios do Fundef (antecessor do Fundeb) não têm de estar sob o teto. Se os gastos do Fundeb/ Fundef não estão, seus precatórios também não deveriam estar, como argumentei neste espaço em 31 de agosto.

Mas o desejo é abrir folga bem maior em 2022, de pelo menos R\$ 40 bilhões.

A retirada de todos os precatórios da base do teto (2016), com recálculo para a frente, abriria R\$ 48,6 bilhões no teto do ano que vem, mesmo valor

decorrente da proposta de limitar o pagamento anual a um nível máximo, empurrando o resto. Se o Bolsa Família ou o Auxílio Brasil, seu substituto, for ampliado para R\$ 300 ao mês, com 17 milhões de famílias beneficiadas, o custo seria de R\$ 27 bilhões. Os outros R\$ 21,6 bilhões seriam gastos em quê? Emendas de relator- geral do Orçamento.

Esse instituto é inconstitucional, segundo Heleno Torres, professor de Direito Financeiro do Largo São Francisco.

Em 2021, são R\$ 18,5 bilhões em emendas de relatorgeral.

Para o ano que vem, o pagamento integral dos precatórios, respeitado o teto, não deixaria espaço para isso. Eis o nó.

Há, ainda, um elemento "novo".

Formadores de opinião de relevo passaram a defender a retirada dos precatórios do teto, com medo do parcelamento ou da postergação. Alguns deles, sim, defendem que a medida seria o caminho para preservar a regra. Discordo, mas respeito. Mexer em regra fiscal para facilitar o seu cumprimento é contabilidade criativa, ainda que introjetada na Constituição. Quem garante que outras despesas não seriam retiradas? Ninguém.

Discutir as regras fiscais é essencial. Mudá-las para gastar dezenas de bilhões em ano eleitoral é outra coisa. A Emenda 95 já reza a última oração para, então, pender e seguir no cortejo fúnebre. É o fim do teto de gastos.

Felipe Salto, DIRETOR-EXECUTIVO E RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DA IFI. AS OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mil dias a menos (Editorial)

Completados mil dias, são mil dias a menos com Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto. Este é um dos poucos motivos para celebrar o milésimo dia do mais completo e mais desastroso desgoverno do Brasil independente. Haver sobrevivido também pode ser uma razão para festejar, se for possível conter, por algum tempo, a indignação e a dor pelos milhares de mortes atribuíveis ao negacionismo, à irresponsabilidade e a uma incompetência fora dos padrões conhecidos. Passados quase três quartos do mandato, restam, no entanto, os perigos associados à ambição de um presidente empenhado em continuar no poder - se possível, por meio de uma reeleição.

Não há por que esperar uma transfiguração de Bolsonaro, em sua luta para sobreviver politicamente e adiar, ou talvez evitar, as consequências legais de seus desmandos e omissões. Enquanto estiver na Presidência, ele tentará preservar o custoso apoio do Centrão. Além disso, continuará forçando a equipe econômica a encontrar, no Orçamento, recursos para gastos eleitoreiros. Não há por que esperar, também, um desempenho, em qualquer setor - educação, crescimento econômico, saúde, emprego e bem-estar -, melhor do que aquele registrado até agora.

O primeiro grande feito de Bolsonaro foi interromper a recuperação econômica iniciada em 2017, depois da recessão de 2015-2016. A economia cresceu apenas 1,4% em 2019, menos que no ano anterior, e já estava mais fraca no começo de 2020, antes da pandemia. O recuo de 4,1% naquele ano foi menor que o de várias economias desenvolvidas e emergentes, mas o País entrou em 2021 com desemprego de 14,7%, muito acima dos padrões dos países de renda média.

Pior que isso, milhões de pessoas estavam desassistidas e dependentes de campanhas de solidariedade para comer.

Ameaças golpistas foram o complemento do cenário econômico de insegurança, desemprego e miséria crescente. Logo depois da invasão do Congresso americano por uma turba incitada pelo presidente Trump, Bolsonaro ameaçou algo semelhante, no Brasil, se a eleição do próximo ano for feita com voto eletrônico. Meses depois, um projeto de restabelecimento do voto impresso foi derrubado no Parlamento, mas o presidente continuou insistindo no assunto.

Conflitos com os Poderes Legislativo e Judiciário marcaram toda a gestão bolsonariana, e neste ano ele

se concentrou em ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ataques às duas Cortes foram temas das manifestações golpistas de 7 de setembro, lideradas pelo presidente em Brasília e em São Paulo. Essas manifestações foram por ele descritas como democráticas, em seu vergonhoso discurso na abertura da assembleia anual das Nações Unidas, em Nova York.

Rejeição das instituições e ameaças de golpe, mais ou menos ostensivas segundo as circunstâncias, foram acompanhadas, em alguns dos momentos mais feios, de elogios à ditadura militar e a um notório torturador daquele período, o coronel Brilhante Ustra, chamado de herói por Bolsonaro. O mesmo qualificativo foi atribuído a um conhecido miliciano morto pela polícia na Bahia.

Elogios a um torturador e a um miliciano combinam com a política de facilitação de acesso às armas. Pessoas sérias podem apoiar essa política, mas seus principais beneficiários são obviamente os criminosos e os bolsonaristas dispostos a formar milícias de apoio a um líder antidemocrático.

Alimentada pela incompetência e pela irresponsabilidade, a **inflação** acumulada em 12 meses bateu em 10%, atormentando famílias já acuadas pelo desemprego e pela perda de renda.

As projeções de crescimento econômico em 2022 estão abaixo de 2% e algumas instituições do mercado já anunciaram estimativas próximas de 0,5%. O desastre na saúde e o fracasso econômico foram complementados, nesses mil dias, com devastação ambiental, desmonte do Ministério da Educação e comprometimento da imagem do País, manchada por um extremista percebido em todo o mundo como caricatura patética do já patético Donald Trump. Cada um desses mil dias é para ser lamentado.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O FMI e o Brasil emperrado (Editorial)

Crescimento medíocre, na faixa de 2% ao ano, é a previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil nos próximos cinco anos. Pouco dinamismo, dívida pública elevada e baixo investimento produtivo chamam a atenção no cenário dos números, embora o relatório recém- divulgado sobre a economia brasileira comece com palavras positivas e tom otimista.

"O desempenho econômico tem sido melhor que o esperado", anuncia o documento logo no início. O Produto Interno Bruto (**PIB**), informa-se depois, voltou ao nível pré-pandemia no primeiro trimestre de 2021, "em parte graças à vigorosa resposta política das autoridades", e o impulso continua favorável, sustentado pelo comércio internacional, com forte evolução dos termos de intercâmbio, e pelo crédito robusto ao setor privado.

Mantido o impulso, a economia deve crescer 5,3% neste ano, de acordo com o relatório, produzido a partir de uma consulta anual entre técnicos do Fundo e fontes brasileiras, principalmente oficiais. Segundo o texto, o consumo será sustentado pela melhora do mercado de trabalho e pelos altos níveis até agora observados de poupança familiar. Estoques baixos devem ser recompostos, a melhora dos preços das commodities sustentará o investimento e a **inflação** cairá firmemente dos picos recentes até o centro da meta no fim de 2022. Tudo isso estará associado, naturalmente, ao avanço da vacinação.

Além disso, a dívida pública, depois de ter batido em 99% do **PIB** no ano passado, deve cair para 92% neste ano e permanecer em torno desse ponto no médio prazo. As incertezas são "excepcionalmente altas", mas os riscos para o crescimento são vistos como amplamente equilibrados, acrescentam os autores.

Mas é difícil, mesmo com boa vontade e com esforço diplomático, normal nos documentos do FMI, sustentar por muito tempo esse otimismo, quando se trata de um país com baixo potencial produtivo.

O otimismo seria ainda menor, se a equipe do Fundo considerasse a competência administrativa, o grau de organização do Executivo e, acima de tudo, as características de seu líder.

Apesar disso, o relatório atribui seriedade e capacidade transformadora a uma agenda de reformas orientada, segundo o texto, para elevar a produtividade, o crescimento potencial, os padrões de

vida e a governança.

O quadro ganha realismo quando a agenda se traduz em termos de prioridades e desafios, palavras mais adequadas para descrever as mudanças indispensáveis e as ações necessárias para concretizá-las. Reformas estruturais estão longe de ser garantidas e o combate à **inflação** pode implicar um forte aumento de juros (de fato, já iniciado). O controle da dívida pública dependerá do respeito ao teto de gastos e de maior capacidade administrativa.

Os autores do texto provavelmente ficariam menos animados se avaliassem mais de perto as demandas do Centrão e as preocupações eleitorais do presidente da República. Ainda faltaria analisar as condições de tramitação dos projetos, com distorções de finalidades, preservação de privilégios e farta introdução de jabutis e jabuticabas, tudo isso diante da inércia e da complacência da equipe econômica.

A realidade familiar aos brasileiros fica mais visível, enfim, quando se abandona o texto e se passa aos números do relatório.

Apesar do tom otimista de alguns parágrafos, não há sinais importantes, nas tabelas, de expectativas de mudanças no cenário geral. Pelas projeções do FMI, a economia brasileira, depois de avançar 5,3% em 2021, crescerá 1,9% no próximo ano, 2% em 2023 e 2,1% anuais de 2024 a 2026. Esse tem sido o padrão das projeções, desde os tempos da presidente Dilma Rousseff.

O investimento em máquinas, equipamentos e obras deve sair de um mínimo de 16,5% do **PIB** neste ano para um máximo de 18,8% em 2026, superando 18% só a partir de 2023. Em outros emergentes, a taxa supera 24% do **PIB** e, com frequência, 30%. Sem surpresa, crescem mais que o Brasil.

Surpresa, mesmo, haverá se a próxima missão do FMI, num ano de eleições, encontrar um quadro mais promissor e de mais seriedade.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Seca afeta plantio e deve pressionar a inflação em 2022

Márcia De Chiara

A maior seca dos últimos 91 anos é a principal ameaça à próxima safra de grãos do País.

O plantio no Centro-Sul de culturas como a soja começa neste mês, mas, por conta da falta de chuvas, enfrenta dificuldades em vários locais. O risco climático já entrou no radar de economistas como um fator que pode pressionar os preços da comida e elevar os índices de **inflação** no ano que vem.

"Não vamos ter um cenário tão amistoso para alimentos, o que pode pressionar a **inflação** de 2022", afirma André Braz, coordenador de índices de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Contando com o risco climático, o economista projeta uma **inflação** de alimentos ao consumidor de 8,71% para 2022. É um pouco mais da metade da que deve ser registrada neste ano, de 14,1%, complicando ainda mais a tarefa do Banco Central (BC) de cumprir a meta de **inflação**, de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

"A falta de chuvas é uma das maiores preocupações dos produtores hoje", afirma Flávio Turra, gerente de Desenvolvimento Técnico da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar). A entidade reúne 58 cooperativas do agronegócio, com 185 mil agricultores, num dos principais Estados produtores de grãos do País.

No momento, a maioria dos agricultores do Paraná, por exemplo, está com os insumos em casa - adubos, sementes, herbicidas -, mas o clima não é favorável ao plantio. "Se a soja atrasar muito, pode comprometer o milho da segunda safra, que é plantado após a colheita da soja", antevê Turra.

Um dos sinais da inquietação dos agricultores com o risco climático aparece na forte contratação de seguro rural.

"Já foram comprometidos no País quase todos os recursos do programa de subvenção ao seguro rural do Ministério da Agricultura", diz Turra. A oferta é de R\$ 924 milhões, e R\$ 890 milhões estão empenhados.

O risco de chuva está nas previsões dos meteorologistas. A partir do final deste mês, as chuvas

devem voltar ao Centro-Sul do País. Em dezembro, porém, o cenário deve mudar, com a redução das precipitações, apontam os meteorologistas da consultoria Climatempo. A segunda metade da primavera e do verão será marcada pelo fenômeno climático da La Niña, que reduz as chuvas na região. "Os efeitos da La Niña serão mais sentidos a partir do final de novembro, e o fenômeno deve continuar até o primeiro trimestre de 2022", prevê a consultoria.

Área maior. Apesar da falta de chuva, e mesmo com custos 30% maiores em média em relação aos do ano passado (no caso da soja), os agricultores estão dispostos a ampliar a área plantada de praticamente todas as lavouras. Isso se deve aos bons preços das commodities agrícolas no mercado internacional - o que, na contramão, também tem efeitos diretos na alta da **inflação** no País.

A imagem usada pelos analistas do agronegócio para ilustrar o bom momento das cotações é que "hoje o milho está com preço de soja, soja com preço de boi e boi virou Hilux", a marca de picape usada pelo agricultor.

Antes da pandemia, a saca de milho estava em torno de R\$ 30, a de soja, R\$ 90, e a arroba do boi estava na faixa de R\$ 180.

Hoje, o milho gira em torno de R\$ 90, a soja está na faixa de R\$ 170 e a arroba passa de R\$ 300.

"Os preços andaram porque houve uma combinação de aumento de demanda com oferta escassa", diz Guilherme Bellotti, gerente da consultoria Agro no Itaú BBA. Para ele, serão necessários dois anos bons de produção de milho e soja para que o mercado volte ao equilíbrio.

Nas projeções da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, algodão, arroz, milho e soja terão aumentos de área plantada, na safra 2021/2022, de 13,4%, 1,4%, 4% e 3,6%, respectivamente, em relação à última safra.

Só para o feijão a expectativa é de estabilidade. Com esse aumento de área, a projeção de safra feita pela Conab é de 289,6 milhões de toneladas, o que configuraria um novo recorde.

Para o economista Fabio Silveira, sócio da consultoria MacroSector, o cenário pode não ser tão positivo assim. Segundo ele, os preços da soja e do milho se mantiveram em patamares elevados, em boa parte, pela grande liquidez de recursos no mercado internacional, fruto dos estímulos fiscais dados pelo governo americano e pelos juros baixos naquele país. Agora, com a sinalização do governo dos EUA de retirada dos estímulos e aumento de juros, a perspectiva de recuo dos preços, que já começou, deve se acelerar.

"O risco de furo da bolha de preços agrícolas no começo de 2022 é grande", adverte.

Seguro

R\$ 924 mi é o valor previsto para o seguro rural nesta safra, que já está quase todo comprometido - R\$ 890 milhões já estão empenhados.

A avaliação é que os produtores sabem do risco de quebra na colheita por causa da escassez de chuvas

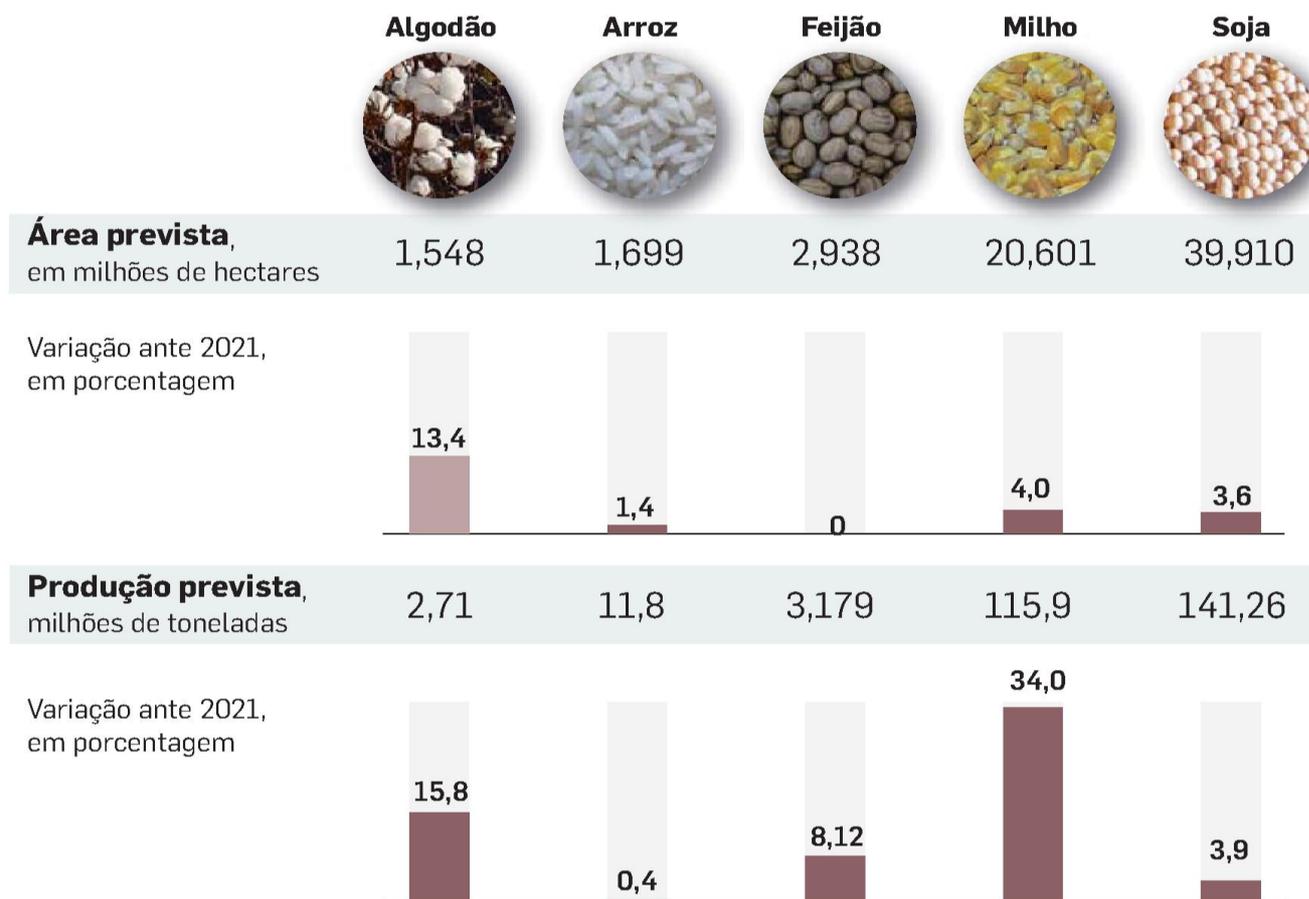
AVANÇOS

FONTE: CONAB

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

AVANÇOS

- Área plantada e produção para a safra de grãos 2022 devem crescer ante 2021



FONTE: CONAB

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Prorrogação do auxílio 'está na mesa', diz ministro



Assistência social. Roma defende um 'esforço do Estado'

Idiana Tomazelli

A um mês do fim do auxílio emergencial, o governo Jair Bolsonaro passou a discutir a possibilidade de prorrogar o benefício, pago a vulneráveis devido à pandemia de covid-19. Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Cidadania, João Roma, afirmou que o tema "está na mesa", embora nenhuma decisão tenha sido tomada.

"É preciso que haja um esforço do Estado brasileiro para proteger 25 milhões de cidadãos", disse ele, em referência ao público que hoje recebe o auxílio emergencial, mas que ficaria fora da nova política sucessora do Bolsa Família.

Recriado em abril, o auxílio emergencial de 2021 paga de R\$ 150 a R\$ 375 mensais para cerca de 39 milhões de famílias elegíveis, enquanto o novo Auxílio Brasil deve alcançar 16,5 milhões.

Segundo Roma, embora os casos de covid-19 e de mortes pela doença tenham diminuído, na esteira da vacinação, os impactos da crise permanecem.

"A pandemia acabou, mas seus efeitos sociais não." A prorrogação do auxílio emergencial também tem sido defendida por aliados do governo no Congresso. Para essa ala, a medida pode ser adotada mesmo que se resolva o impasse em torno dos precatórios, dívidas

judiciais que saltaram a R\$ 89,1 bilhões em 2022 e ocuparam o espaço fiscal antes reservado à ampliação do Bolsa Família. O governo apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para parcelar os débitos, mas o texto está sendo alvo de negociação com parlamentares e ainda não foi votado.

Entre aliados do governo no Congresso, a avaliação é de que as duas medidas (PEC dos precatórios/ Auxílio Brasil e prorrogação do auxílio emergencial) não estão vinculadas e são independentes.

Apesar disso, cada dia sem avanços na solução para as dívidas judiciais é contabilizado no Palácio do Planalto como um impulso a mais à ideia de prorrogar o auxílio emergencial. Sobretudo porque, sem resolver os precatórios, o tíquete médio do novo benefício ficaria em R\$ 194,45, um aumento de apenas R\$ 8,51, como revelou o Estadão/Broadcast.

O valor é considerado inviável sob o ponto de vista político e também social. O presidente Jair Bolsonaro, que vai tentar a reeleição no ano que vem, tem prometido pelo menos R\$ 300.

Apesar da defesa explícita de ministros do governo, a prorrogação do benefício a vulneráveis enfrenta resistências no Ministério da Economia. A equipe de Paulo Guedes não vê respaldo legal e técnico para uma nova rodada do benefício, justamente porque o número de casos e mortes está caindo em decorrência da vacinação. Para os técnicos, não há como, no cenário atual, justificar a abertura de um novo crédito extraordinário para permitir gastos adicionais fora de amarras fiscais como o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**.

Já uma fonte da cúpula do Legislativo afirma que a curva de casos e mortes está caindo, "mas não a do desemprego, a da fome e a da **inflação**". O País tem hoje 14,4 milhões de desempregados, e a **inflação** cruzou a fronteira dos dois dígitos no acumulado em 12 meses até metade de setembro (alta de 10,05%).

Defensores da prorrogação também argumentam que outros países estão estendendo seus programas emergenciais até abril de 2022. Na avaliação dessa ala, ainda que a equipe econômica celebre a "recuperação em V", a situação não é de normalidade. Daí a necessidade de "dar uma resposta palatável" à

crise social, sem que isso signifique irresponsabilidade fiscal.

Beneficiários

39 milhões é o número de famílias que podem receber hoje o auxílio emergencial, cujo valor varia de R\$ 150 a R\$ 375. Prorrogação do benefício é vista por setores do governo como uma opção enquanto não se encontra nova fonte de recursos para ampliar o Auxílio Brasil

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Caixa lança crédito com juro acima do mercado

GERALDA DOCA, DIMITRIUS DANTAS E POLLYANNA BRÊTAS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Nada está tão ruim que não possa piorar" diz Bolsonaro

DIMITRIUS DANTAS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Auxílio salva quase 6% do PIB até 2040 - FABIO GRANER

FABIO GRANER

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Expectativa de Selic mais alta já provoca ajuste no PIB de 2023

Ana Conceição

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Guedes vê venda de BB e Petrobras em 10 anos

Mariana Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Congresso permite que reforma não aprovada compense auxílio

Raphael Di Cunto, Renan Truffi e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Esquerdista moderado, Scholz deve ser novo premiê alemão

Bojan Pancevski, Bertrand Benoit

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Crise energética já para empresas e deve afetar a economia na China

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Mil dias de Bolsonaro no poder, quase nada a comemorar (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Prato de arroz e feijão tem alta mais longa em oito anos

Alessandra Saraiva

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187020?page=1§ion=1

Contagem em dobro dos votos e o impacto na eleição (Artigo)

ANÁLISE: Gabriela Rollemberg, ADVOGADA, CIENTISTA POLÍTICA, COFUNDADORA DA "ELAS PEDEM VISTA" E DA "QUERO VOCÊ ELEITA" E MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO (ABRADEP)

Nos debates travados este ano no Congresso quanto à **reforma política** e eleitoral, de todas as propostas que poderiam colocar em risco a representação das minorias políticas, como mulheres e negros, foi relevante a rejeição do distritão, que poderia aprofundar a sub-representatividade atual, chancelando a perpetuação de quem já se encontra no poder: uma maioria de homens brancos que não reflete a realidade da população brasileira.

No entanto, ainda há risco de comprometimento de direitos importantes alcançados no decorrer dos últimos anos, seja na legislação ou por decisões judiciais, pois ainda estão pendentes de análise na Câmara a PEC n.º 18/2021 e o PL n.º 1.951, já aprovados pelo Senado, que tratam de cotas de cadeiras para mulheres, mas mitigam diversos direitos como a cota mínima de 30% das candidaturas.

Ao menos uma mudança positiva foi aprovada recentemente pelo Congresso: a contagem em dobro dos votos dados a mulheres e negros para a Câmara dos Deputados para fins de distribuição, entre os partidos políticos, dos recursos dos fundos Partidário e Eleitoral. Isso representa uma importante ação afirmativa que vai impactar na estratégia político-partidária das eleições 2022, pois aqueles que lançarem candidaturas competitivas, que alcancem um bom número de votos, terão direito a uma maior parcela desses recursos.

ANÁLISE: Gabriela Rollemberg, ADVOGADA, CIENTISTA POLÍTICA, COFUNDADORA DA "ELAS PEDEM VISTA" E DA "QUERO VOCÊ ELEITA" E MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO (ABRADEP)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>